



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



ANDREA PETRY RAHMEIER
BÁRBARA TIKAMI DE LIMA
CÂMILA DE ALMEIDA SILVA
MARCOS ALESSANDRO NEVES DOS SANTOS (ORG.)

**HISTÓRIA MILITAR E AS
DITADURAS NO CONE SUL:
LUTAS POLÍTICAS E A
BUSCA POR DIREITOS**





**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

**Andrea Petry Rahmeier
Bárbara Tikami de Lima
Camila de Almeida Silva
Marcos Alesandro Neves dos Santos (ORG.)**

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA MILITAR E AS
DITADURAS NO CONE SUL:
LUTAS POLÍTICAS E A
BUSCA POR DIREITOS**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

Guerra e Paz de Candido Portinari, 1955

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História Militar e as Ditaduras no Cone Sul: Lutas políticas e a busca por direitos / organizadores: Andrea Petry Rahmeier, Bárbara Tikami de Lima, Camila de Almeida Silva e Marcos Alesandro Neves dos Santos. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-994185-8-7

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Prática de ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Ailton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

Apresentação: Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....	7
Prof ^o Dr. Francivaldo Alves Nunes	
Sublevação militar em Vila Nova da Rainha.....	10
Matheus da Silva Conceição	
“Allí donde se contrabandean los sueños”, a fronteira Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade (1964 - 1975).....	21
Darlise Gonçalves de Gonçalves	
A interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937 -1945).....	33
Marcos Alesandro Neves dos Santos	
Abrem-se as cortinas: arte, política e o teatro experimental do grupo Cena Aberta em Belém (1976-1988).....	44
Maria Rosa Cunha da Costa	
Sessenta anos da política externa independente (PEI): relações Brasil-África em debate.....	57
Mateus José da Silva Santos	
1964 golpe militar ou civil-militar?.....	72
Sandra Gorete Gomes de Oliveira	
Necrocontabilidade: disputas em torno da elaboração da lei dos mortos e desaparecidos políticos (1995).....	83
Táссо Brito	
Sobre os Autores.....	97

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

**Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará**

SUBLEVAÇÃO MILITAR EM VILA NOVA DA RAINHA

Matheus da Silva Conceição¹

O destacamento saíra de Salvador meses antes para conter as confusões criadas por um conflito entre famílias rivais que interferia no cotidiano de uma distante vila no norte da província. Para alguns soldados mais experientes era provavelmente mais uma viagem desgastante visando conter alguma desavença de mandões locais com seu séquito de jagunços. O comandante da tropa logo após chegar na vila conseguiu apaziguar a contenda com um dos líderes se oferecendo para ser preso. Confiante, o comandante não o prendeu, pois não tinha ordens para tal procedimento. Entretanto, os fatos se modificaram devido a chegada de um influente membro de um dos lados que logo convenceu seus partidários a reiniciar os ataques e tomar a vila. Desta vez, porém, convenceram o comandante do destacamento a passar a seu lado. Essa decisão influenciaria na ação de seus subordinados.

Essa pequena descrição adaptada do Diário da Bahia de junho de 1833 revela a situação que estava instaura em Vila Nova da Rainha, no norte da província da Bahia. Como mencionada na passagem, duas famílias, os Silva e os Passos, encontravam-se guerreando devido a rixas pessoais que evoluíram para uma disputa política que influenciou na rotina da vila e mesmo após seu fim trouxe consequências para o cenário político da região. (DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833; SILVA, 1915, p.111) O comandante da tropa era o tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo veterano da Guerra de Independência na Bahia e cavaleiro da Or-

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Bahia, Campus IV e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa.

dem de Cristo. Sua posição importante, porém, não intimidou um grupo de soldados que atentou contra sua vida. (APEB. Seção Colonial Provincial. Sublevação em Vila Nova da Rainha. Maço, 2859, fl.1)

Todo o problema começou em 1831 com a traição de Joaquim Simões da Silva (apelidado de Cadó), líder da família Silva que atentou contra a honra da filha mais moça dos Passos, então seus aliados. Como não houve retratação por parte de Joaquim Simões, Manoel Narciso dos Santos, líder da família a Passos, acabou por confrontar seu opositor e acabou sendo assassinado por seguidores do Cadó. Como represália, Manoel dos Santos Mabirola, filho do falecido começou seu ataque aos rivais. Com seu séquito, Manoel Mabirola atacou a fazenda Umburanas, propriedade do padre Severo Cuim Atuaá, influente político que atuava com frequência na Câmara Municipal de Vila Nova da Rainha. Os Passos devastaram a fazenda matando inclusive um escravo de confiança do vigário, Marcelino Pereira. (SILVA, 1971, p. 28)

Joaquim Simões era capitão-mor da vila e se utilizou de sua posição para combater seus algozes. Os ataques às propriedades dos rivais ditaram a tônica do conflito, que visava enfraquecer as defesas e o poder de seus antagonistas. A situação se tornou tão insustentável que os moradores da vila “fugiam para os bosques” e outras regiões próximas, pois até mesmo um juiz de paz fora morto nos confrontos. (DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833) Com a vila ficando deserta e a situação econômica se deteriorando os membros da Câmara Municipal escreveram ao presidente da província pedindo auxílio para auxiliar na conjuntura desenhada no município. (SILVA, 1971, p.28; SILVA, 1915, p. 111)

Foi dessa maneira que o presidente Joaquim José de Vasconcelos enviou o destacamento comandado pelo tenente-coronel Ignácio Joaquim Pitombo. Como supracitado, a tropa conseguiu apaziguar a vila até que o padre Severo atçou seu irmão para novamente atacar os Passos. Todavia, Joaquim Simões tinha ambições maiores. O capitão-mor invadiu a vila com seus homens e expulsou os Passos para Curaçá, cerca de 193 km de Vila Nova da Rainha. O Cadó também convidou o tenente-coronel para se juntar a ele e policiar a vila contra possíveis investidas de seus inimigos. (DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833) Mas nem todos os soldados aderiram aos Silva, um pequeno grupo se rebelou contra seu comandante dando início a uma sublevação que ampliou o conflito familiar.

Onze praças foram ao encontro dos Passos para se unirem e assumirem o controle da vila. Os militares tinham uma desavença com seu comandante e aproveitaram a situação para se vingarem do mesmo. Foram então ao encontro de Manoel dos Santos Mabirola em Curaçá para orquestrarem o plano de invasão à Vila Nova da Rainha. (APEB. Seção Colonial Provincial. Sublevação em Vila Nova da Rainha. Maço, 2859, fls. 20-21v).

O Conflito familiar

Em 1831, O capitão-mor Joaquim Simões da Silva era um forte aliado político de Manoel Narciso dos Santos. É provável que ambos possuíssem alguma relação próxima como o compadrio. Porém, o Cadó, como era conhecido o chefe dos Silva cometeu um crime contra a honra da família ao deflorar uma das filhas de Manoel Narciso. Este exigiu que seu antigo parceiro político se retratasse pelo insulto aos Passos. O capitão-mor não deu ouvidos aos reclames fazendo o líder

dos Passos atacar em represália. Entretanto, este fora assassinado por filiados do Cadó. Iniciou-se assim o evento conhecido como *Guerra do Cadó*. (SILVA, 1971, p.28; SILVA, 1915, p. 111)

O herdeiro dos Passos, Manoel Mabirola, acabou atacando importantes propriedades de seus algozes, como a fazenda Umburanas. Este golpe fez com que os Silva enviassem homens armados para possessões dos Passos dentro e nos arredores da vila. (AZERÊDO, 1987, p.24-25; SILVA, 1915, p. 111) Joaquim Simões era um hábil atirador e chefe militar, como apresentado pelo memorialista Roberto Azerêdo (1987, p.24-26). Apesar de romantizar bastante o líder local, o decorrer do conflito apresenta um homem mais preparado para o confronto do que seus inimigos, possivelmente devido a seus bens e herança de seu pai homônimo que também fora capitão-mor.²

Os conflitos aconteciam à luz do dia, afastando a população vilanovense de suas atividades minando a economia da região. A fuga se dava “para os bosques” e outras freguesias próximas. (DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833) Além do econômico, também a perda de vidas, como um juiz de paz.³ (Idem; SILVA; 1971, p.29)

Os Silva foram ganhando terreno e expulsando os Passos que tiveram de se refugiar em outras vilas onde possuíam terras. Foi nesse contexto que a Câmara Municipal requisitou ao presidente da província, Joaquim de Vasconcelos, para que enviasse tropas a Vila nova da Rainha. É nesse contexto que se dá a sublevação de soldados contra seu comandante. É o que vamos tratar nas páginas seguintes.

A Sublevação militar

O início da década de 1830 foi bastante agitada na Bahia. Revoltas estouravam nas regiões de Salvador e Recôncavo. Além das ações escravas – sendo a mais famosa a Revolta dos Malês (cf. REIS, 2003) – existiram muitas rebeliões na caserna. Estas envolviam ou não ideias federalistas, mas as principais foram movimentos tiveram esses relances. Em seu texto a *Santa Federação Imperial* (1995), Lina Maria Brandão de Aras apresenta esses movimentos envolvendo militares.

A autora nos apresenta um panorama historiográfico sobre a província da Bahia em relação aos movimentos federalistas ocorridos nos anos de 1831, 1832, 1833. O acontecimento de 1831 teve como pano de fundo a já mencionada renúncia de D. Pedro. Esta aumentou os ânimos e proporcionou movimentos sociais como este. (ARAS, 1995, p. 104) O movimento foi liderado por soldados insatisfeitos com o Comandante das armas e com o governo provincial. Existiu grande adesão das camadas populares – de acordo com Aras, 40 militares e um número não preciso de civis. (Ibidem, p.108) O antilusitanismo também ficou nítido nas pautas do movimento, devido principalmente pelos soldados participantes pertencerem ao 10º Batalhão, que lutou na Guerra de Independência. (Ibidem, p.109) o conflito durou pouco tempo (poucas horas), mas quando seus participantes foram presos no Forte de São Pedro, se insurgiram novamente um ano depois, iniciando a revolta federalista de 1832. (Idem)

O movimento de 1832 começou em São Félix e se estendeu para a vila próxima, Cachoeira, uma das principais do Recôncavo. Mais organizado que o primeiro, os federalistas fizeram um documento (manifesto) expressando seus ideais, lendo-o para a população da vila e tomando a Câmara Municipal de

Cachoeira instalando um Governo Provisório. (ARAS, 1995, p.112-113) As autoridades temiam perder o controle do Recôncavo e buscaram cercar as vilas. Um dos líderes do movimento, o capitão Guanaes Mineiro, se comunicou com um juiz de paz da vila de São Gonçalo dos Campos pedindo para este se juntar a causa. Entretanto, João Pedreira do Couto Ferraz – o dito juiz – se comunicou com o Presidente da Província, Honorado de Barros Paim, solicitando medidas para conter a situação em São Félix e Cachoeira. (Ibidem, 115) Foram enviadas tropas para as vilas e estas tiveram a adesão de soldados envolvidos no movimento, o que dificultou as coisas para o Governo Provisório. Os rebeldes foram presos e enviados a Salvador e a ordem foi reestabelecida momentaneamente. (Idem)

Esses acontecimentos reverberaram pela sociedade além dos quartéis, pois corroboramos com o brasileiro Hendrik Kraay quando enxerga o Exército como a instituição que mais adentrou a sociedade imperial. (KRAAY, 2011) É muito provável que os militares do destacamento enviado para Vila Nova da Rainha tenham tido contato com essas revoltas, seja direta ou indiretamente. Soma-se a isso a desavença com seu superior e a oportunidade de conseguir benesses ao se aliar com membros do poder local.

Contudo, ao chegarem na vila, a tropa logo realizou seu trabalho com certa facilidade. Conseguiu apaziguar os ânimos dos beligerantes e um deles, Manoel Joaquim, se ofereceu para ir preso, porém, sem ordens para tal decisão não o prendeu. (DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833) três meses se passaram e a rotina parecia ter voltado ao normal, pelo menos até a chegada do Padre Severo Cuim Atué, influente política da região. Era dele a fazenda Umburanas, uma das propriedades atacadas pelos Passos, e ao ver o armistício o vigário resolveu aconselhar seu irmão, Joaquim

Simões da Silva, a retomar a ofensiva contra seus antagonistas. Convencido, o Cadó reuniu seu séquito e invadiu a vila tomando seu controle. (Idem.) Após a ofensiva, Joaquim Simões entrou em acordo com o tenente coronel Ignácio Pitombo e deu a este poder de polícia para prender seus rivais.

Os Passos tiveram de fugir para Curaçá⁴ e lá se refugiaram para atacar os Silva. A partir desse momento os militares: o sargento José de Vasconcellos dos Reis, o cabo Elias do Sacramento, o anspeçada José Joaquim de Santa Anna e com os soldados Joaquim Cardoso, José Pedro de Souza, Joaquim José de Santiago, Feliciano Rodrigues, Joaquim Manoel Theodoro, Paulo Guedes de Paiva, Francisco Pereira d'Oliveira, João da Mata Alexandrino, Mathias Ferreira, associaram-se com Manoel Mabirola para retomarem a vila. Aos soldados caberiam matar o tenente coronel e roubar as armas do quartel e depois se encontrarem com a tropa de paisanos comandada por Mabirola e matarem Joaquim Simões e seus aliados.

Enquanto o Cadó se dirigia para Curaçá, os sublevados planejavam atacar Ignácio Pitombo quando estivesse mais vulnerável. De acordo com várias testemunhas, momentos antes de irem ao quartel, reuniram-se na casa de Pedro Alvares de Oliveira, aliado de Mabirola e de lá saíram para executar o plano. De acordo com Sargento José Manoel, soldado do destacamento,

Esperaram o dia em que todos os militares em serviço no quartel estivessem dormindo. Disse (...) que o soldado José Pedro de Sousa (...) ceia na casa do dito Pedro Alvares de Oliveira na noite onde assentiu com demais revolucionários já ditos e do mais sabe ele testemunha, que por dizer o soldado José Joaquim Cardoso que estava para matar o tenente-coronel por detrás da janela do fundo do quartel

⁴ A 193 Km de Vila no da Rainha

quando vinha do banho, que estava arrependido depois que não matou [...]. (APEB, SUBLEVAÇÃO EM VILA N. DA RAINHA, maço 2853, TESTEMUNHO DO SARGENTO JOSÉ MANOEL, fls.36-36v)

Um ponto importante no relato é o fato de, segundo o sargento, o soldado José Joaquim Cardoso ter supostamente se arrependido após o fracasso do atentado ao tenente coronel. Aparentemente toda a trama passava pelo êxito de José Joaquim e sua falha adiou os planos.

Ao descobrir o plano, Joaquim Simões retornou a Vila Nova da Rainha, porém os Passos tomaram a vila e o quartel general. Ocorreu uma sangrenta batalha e os Silva conseguiram expulsar seus inimigos. O tenente coronel Pitombo prendeu os soldados sublevados e os transferiu para Salvador. (SILVA, 1971, p.29) A Câmara Municipal novamente enviou mensagem ao presidente da província explicando as complicações proporcionadas pelo envolvimento direto do destacamento no conflito. Um novo destacamento foi mandado e ao chegarem na vila deram baixa no serviço do tenente coronel Ignácio Pitombo. (Idem)

A guerra entre famílias, contudo, prosseguiu até 1835 com a fuga dos Passos para o Piauí. (SILVA, 1915, p.113) Joaquim Simões continuou sendo um dos chefes políticos de Vila Nova da Rainha até 1840, quando fora assassinado em uma emboscada dos Passos, findando a Guerra do Cadó. Seu irmão, o Padre Severo, assumiu o controle político da vila até a segunda metade da década de 1850.

Conclusão

A prisão dos militares sublevados levou a uma devassa solicitada pelo Comandante das Armas da Província, Alexandre Argolo, que foi base para esta pesqui-

sa ainda em andamento. A relação entre a revolta dos onze soldados com Vila Nova da Rainha proporcionou algo pouco comum nos sertões baianos: a presença de Tropas de Linha. Durante os anos que se seguiram, a vila hospedou destacamentos vindos para monitorar a região. Além disso, as forças de Segunda Linha exerceram grande influência no município, liderando a derrota do grupo político do Padre Severo.

O tenente coronel Ignácio Pitombo participou, posteriormente, da Sabinada, movimento que pretendia instalar uma república na província da Bahia até D. Pedro II assumir o trono como imperador coroado. Sua participação no movimento reforça ideia de que ideias rebeldes circulavam pelos quarteis da Bahia, muito devido a sua proximidade com a sociedade civil. O movimento ocorrido em Vila Nova da Rainha é uma das sublevações que pode ter inspiração na instabilidade que ocorria na Bahia do período regencial.

Referencias Bibliográficas

Fontes:

APEB, SEÇÃO COLONIA PROVINCIAL SUBLEVAÇÃO EM VILA NOVA DA RAINHA, maço 2853

APEB, SEÇÃO COLONIA PROVINCIAL CORRESPONDÊNCIAS DOS JUÍZES DE VILA NOVA DA RAINHA 1830-1856, maço 2640

Bibliografia:

AZERÊDO, Robério. Itiúba e os Roteiros do Padre Severo. Itiúba, 1987

Barroso, Gustavo. História Militar do Brasil. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual". Dados, v. 40, n. 2 (1997). Disponível em: <<http://bl166w.blu166.mail.live.com/default.aspx?rru=inbox#fid=1&fav=1&n=923379898&rru=inbox&mid=e-f553428-0307-11e1-9da5-002264c202d0&fv=1>>. Acesso em 28 nov. 2011.

**História Militar e as Ditaduras no Cone Sul:
Lutas políticas e a busca por direitos**

CASTRO, Jeanne Berrance de. A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CUNHA, Aloísio Santos da. O Trem Partiu. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

DANTAS, Mônica. Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano (Itapicuru, 1549-1822). Penélope, n.23, 2000, pp. 9-30.

DIÁRIO DA BAHIA, N.117, JUNHO DE 1833.

FERTIG, André. Clientelismo Político em Tempos Belicosos: A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império Brasileiro (1850-1873). Santa Maria, Editora UFSM, 2010

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 3. Ed. São Paulo: Livraria Editora Kairós, 1983.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997

IVO, Isnara Pereira. O anjo da morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

KRAAY, Hendrik. Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Huitec 2011.

MACHADO, Paulo Batista. Notícias e Saudades da Vila nova da rainha, aliás, Senhor do Bonfim. Salvador, EDUNEB 2007.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre Relações Políticas e Militares na América Portuguesa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR

NUNES, Herlon Ricardo Seixas. A Guarda Nacional na Província Paraense. Periódicos UFPA, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2762/2893>, acessado em 27/05/2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835. Edição Revista e Ampliada. 3ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2003;

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2006.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e

XIX). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Adolpho. Bonfim, terra do bom começo. Salvador: Mensageiro da Fé, 1971

SILVA, Lourenço Pereira da. Memória Histórica e Geográfica Sobre a Comarca do Bonfim. Salvador. Typo e Encadernação – Reis & C. 1915.

SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. Conflitos na Comarca de Carinhana: os significados da violência. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.4, n. 7, out. 2010-abr. 2011

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. Informes almanack brasileiro n°08 novembro 2008.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**“ALLÍ DONDE SE CONTRABANDEAN LOS SUEÑOS” A
FRONTEIRIÇA JAGUARÃO NA ROTA DOS PASSAGEIROS DA
LIBERDADE (1964 - 1975)¹**

Darlise Gonçalves de Gonçalves²

Introdução

O objetivo desse estudo é refletir sobre o papel das redes de mobilidade atuantes na fronteira cidade de Jaguarão - RS dentro da ampla agenda de resistência ao regime ditatorial civil-militar estabelecido em 1964 no Brasil. Esses grupos eram responsáveis por auxiliar na Travessia para o Uruguai daqueles que, sendo perseguidos por motivos políticos, deixavam o País. Travessia essa que está muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, sendo fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade, que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizavam com a causa.

Com base no mapeamento realizado a partir de relatos orais e imprensa local e de aspectos da vida cotidiana dessa cidade, buscamos enxergar como essas particularidades afetam direta ou indiretamente a configuração e o *modus* de atuação das redes de mobilidade formadas pelos mais diferentes atores sociais atuantes nesta fronteira. Visando assim, demonstrar seu papel central na garantia do êxito da atividade de passada. Buscando apontar aspectos que fizeram com que essa pequena cidade se insira em uma lógica mais

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com

ampla estabelecendo contatos locais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais através destas redes, sendo de vital importância para o esquema de resistência e exílio de alguns quadros contrários ao regime de 1964.

O Rio Grande do Sul e suas fronteiras: vigilância, repressão e resistência.

As relações de solidariedade, repressão e resistência estabelecidas entre o Brasil e seus vizinhos do Prata vem sendo pouco a pouco estudadas pela historiografia recente que trata da temática das Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Cada vez mais nas últimas décadas, diversos historiadores vêm desenvolvendo pesquisas cujo enfoque não está mais tão relacionado com as generalizações do tema, ou em aspectos referentes ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Conforme aponta os pesquisadores Claudia Wasserman (2009) e Carlos Fico (2013), aos poucos os programas de pós-graduação têm destinado suas atenções às particularidades deste período em outros espaços, atentos às suas expressivas manifestações e ações de indivíduos que não necessariamente tenham pegado em armas como forma de resistência.

No que tange às particularidades e especificidades de cada região do país nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul, marcado pela Campanha da Legalidade e por uma forte relação com o Trabalhismo, tem nas suas fronteiras, assim como, nas pequenas cidades de interior uma atenção especial dos historiadores nos últimos anos, passando a ser analisado a partir do seu caráter particular. Podendo ser apontada como um marco para esses estudos, a publicação da obra coletiva *A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, organizada pelos

pesquisadores Enrique Serra Padrós, Vania M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez e Ananda Simões Fernandes. Publicada em 2009, esta coletânea se divide em quatro volumes que abordam as particularidades do espaço Sul-Rio-Grandense desde a campanha da legalidade, em 1961, até a redemocratização nos anos 1980. Em linhas gerais, essa obra centra suas análises na singularidade do espaço Sul-Rio-Grandense, buscando pensar nas conexões e interações para além de suas fronteiras.

Com a instauração da ditadura em 1964, o Rio Grande do Sul passou a ser visto pela resistência como um corredor rumo à liberdade e a rearticulação da luta contra o regime, que poderia se desenvolver durante o exílio. Essa interpretação se dá devido às particularidades geopolíticas e culturais do estado que por possuir uma extensa fronteira seca, ou de fácil acesso por meio de pontes com os países do Prata, com os quais mantêm laços de forte sociabilidade forjados historicamente desde a ocupação das fronteiras ibero e luso americanas. Diante desse cenário, proximidades culturais, relações de parentesco e trocas comerciais “hermanam” os fronteiriços gerando uma dinâmica social singular nesses espaços.

Entretanto, essas Travessias não eram empreitadas fáceis, uma vez que “na lógica expansionista da ditadura era justificável o controle do ‘inimigo interno’ do Uruguai, pois o fato de este fazer fronteira com o Brasil e abrigar vários exilados, tornava seus problemas internos sensíveis à segurança nacional brasileira” (FERNANDES, 2013, p.184). O medo de um retorno deste, ou até mesmo de uma possível ofensiva, fazia com que os olhares da repressão estivessem voltados para a fronteira, transformando essa em uma espécie de alçapão, fazendo com que a fluidez desses espaços se configurasse em vantagem apenas para a engrenagem repressiva.

Todavia, a solidariedade é uma marca presente nessas localidades fronteiriças, solidariedade essa que fora acionada e capitalizada enquanto forma de resistência contra a ditadura, se manifestando em diferentes períodos, uma vez que o Rio Grande do Sul está inserido em um espaço geopolítico que estabelece conexões com outros territórios que atravessam dinâmicas semelhantes em outros momentos. Em linhas gerais, primeiramente brasileiros deixam sua terra rumo ao exílio no Uruguai, posteriormente no final da década de 1960, são os uruguaios que migram para o Brasil e Argentina e logo após os argentinos vão ter que deixar seu território. Nesse sentido, as fronteiras do Rio Grande do Sul são peças centrais nesse cenário de mobilidade.

Embora a literatura voltada para o período aponte a questão das Travessias por essas fronteiras, quase nada é falado sobre estas enquanto atividades altamente complexas, e menos ainda se reflete sobre as articulações tecidas entre os atores sociais e seus esforços despendidos para o êxito desta atividade, sobretudo nas cidades fronteiriças de interior. Uma vez que, trabalhos de maior fôlego a respeito das ligações de solidariedade entre Brasil e Uruguai centram-se na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera (ASEFF, 2008; ASSUMPÇÃO, 2011; ASSUMPÇÃO, 2014).

Reside neste ponto, uma importante lacuna historiográfica que almejamos suprir, mesmo que parcialmente, dedicando especial atenção aos esquemas de fronteira projetados ao Sul do estado, sobretudo aos grupos que articulavam essas rotas na divisa entre os municípios de Jaguarão e Rio Branco, aos quais chamaremos aqui de redes de mobilidade. Para assim buscar apreender de que maneira essas pequenas cidades fronteiriças se inserem em uma ampla malha de resistência ao regime ditatorial estabelecido no Brasil,

ganhando papel de destaque enquanto um possível caminho para os passageiros da liberdade.

**Uma onça precisa de espaço pra agir:
as redes de mobilidade na “pacata” Jaguarão
e seus agentes fronteiriços.**

Pensar a ditadura no município de Jaguarão é pensar nas características particulares das cidades de interior e fronteira que dão dinâmicas completamente distintas a esse processo, é levar em conta as ligações e relações estabelecidas dentro do tecido social Municipal, bem como os vínculos que se forjam com o país vizinho (Uruguai), e também, é considerar as características espaciais do lugar, pois estes fatores interferem diretamente nos modos de ser e agir da repressão e da resistência à ditadura nessa espacialidade.

Olhares academicamente centrados sobre a cidade, no que se refere a esta temática, são oriundos de pesquisas mais recentes produzidas após chegada do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão, dentre essas produções destacamos os trabalhos de VIEIRA (2014), TAVARES (2016), DOURADO (2017) e GONÇALVES (2018). Esses estudos apresentam diferentes aspectos das vivências e experiências dos agentes fronteiriços nesse contexto.

Por Jaguarão ser uma cidade dona de um passado repleto de coronéis e latifundiários e com forte influência militar, onde estas elites por um longo período dominaram a arquitetura da lógica de poder local, alguns atores sociais ainda tem seu protagonismo delegado aos subterrâneos da história oficial Jaguareense. No entanto, como pontua Michael Pollak (1989) essas memórias subterrâneas, estruturalmente silenciadas, persistem paralelamente a uma memória oficial sendo transmitidas na esfera privada enquanto esperam

uma brecha no jogo político ideológico de irromperem a público, prontas para aflorar e tencionar discursos oficiais postos enquanto “verdade”.

Dentre esses discursos que circulam internamente entre alguns grupos locais, vamos nos ater as Travessias por esse espaço focando nossa análise naquelas realizadas pelas redes de mobilidade que buscavam auxiliar os perseguidos políticos rumo ao Uruguai. Travessias estas que estão muito além de uma simples passagem por uma fronteira política/geográfica, sendo parte de um todo muito mais amplo e complexo, que só pode ser exequível a partir de uma ampla rede de contatos que vai desde a organização nacional, que articula a rota passando pelo seu setor de serviços estadual, simpatizantes e contatos pessoais durante esse trajeto até a fronteira, onde a rede de mobilidade local se encarrega de executar a tarefa.

Estas redes de mobilidade locais eram formadas pelos mais diferentes tipos sociais, que, na maioria das vezes, nada em comum possuíam, a não ser o desejo de salvaguardar vidas, e, em alguns casos, a inconformidade com o rumo político que o Brasil tomava. Partindo da hipótese de que a atuação nessas redes de certos indivíduos dotados de influência local tornava mais seguro o processo de Travessia, destacamos nessa pesquisa a importância do papel desempenhado pelo cônsul uruguaio e por um dos párocos da cidade de Jaguarão dentro do esquema de fronteira na primeira e na segunda geração de redes de auxílio à Travessia, respectivamente. Figuras estas que souberam capitalizar muito bem seu prestígio social, a ponto de ganharem legitimidade para, por um tempo, não serem vistos como alguém capaz de subverter a ordem imposta pela ditadura, e assim, garantir relativa segurança às passagens pela fronteira.

A ideia de geração aqui é apresentada de acordo com a perspectiva apontada por Sirinelli (2006) enquanto um elemento de periodização que se trata de “uma reconstrução do historiador que classifica e rotula.” (p. 133). Nesse sentido, nossos entrevistados não se compreendem enquanto membros de distintas gerações, essa ideia é aqui empregada enquanto elemento que visa facilitar o entendimento dos diferentes contextos e modos de atuação desses grupos. Partindo dessa perspectiva, a primeira geração fica ativa do pós-golpe até por volta de 1967, enquanto a segunda começa seus trabalhos após a decretação do AI-5. Sendo que, essas redes que atuam nesses dois momentos não possuem elementos de ligação entre si, sejam eles materiais ou humanos.

Para o caso gaúcho, acreditamos que esses grupos em rede situados na fronteira devam ser compreendidos em duas linhas, no caso Santana do Livramento e Rivera, conforme apontam SILVEIRA (2014) ASSUMPCÃO (2011; 2014) ASSEF (2009) encontramos grupos locais que não se voltam apenas para o aspecto da mobilidade, as redes apontadas por esses autores exercem funções que vão desde abrigar os passageiros da liberdade até conseguir meios para que estes fixem residência na fronteira, buscando trabalho para os adultos e escola para as crianças, por exemplo. Já para o caso de Jaguarão e Rio Branco, as redes que atuam no processo de Travessia não auxiliam no estabelecimento do militante no espaço fronteiriço. Assim, as entendemos como redes de mobilidade, uma vez que, esses grupos atuam na logística do transpor de fronteiras estabelecendo interações de curta duração com esses indivíduos em trânsito, seja dispondo de um prato de comida, uma cama por uma noite ou duas ou de indicações de como fazer a passagem, quando não a fazem juntamente com esses sujeitos.

Por tratarmos de uma atividade migratória de caráter clandestino, temos na História Oral nossa principal fonte de análise. Nossos entrevistados para essa pesquisa envolveram-se de diferentes formas no processo de Travessia. Até o momento, foram realizadas três entrevistas temáticas. A primeira delas foi com o padre Armindo Luiz Caponi, que integrou a segunda geração de responsáveis pela Travessia enquanto simpatizante da rede de mobilidade organizada pela célula Pelotas da Ação Popular (AP), ele era contato pessoal dos membros de sua direção. Sendo peça importante na luta contra a ditadura, fora responsável por salvar diversas vidas que buscavam em sua paróquia auxílio para deixar o País.

Posteriormente, conversamos com o Sr. Claudio Maria Ricardo que foi membro União Jaguareense dos Estudantes Secundaristas (UJES). Preso logo após o golpe na antiga Enfermaria Militar da cidade por sua participação no Movimento Estudantil é considerado um dos presos políticos mais jovens do estado. A atuação deste indivíduo nas Travessias tem início após sua soltura, quando o Sr. Claudio e mais dois amigos, também membros da UJES, passam a se dedicar ao auxílio dos passageiros da liberdade, integrando dessa forma a primeira geração de redes de mobilidade nesta fronteira. O esquema do qual os rapazes faziam parte estava ligado a setores Trabalhistas atuantes no estado. Diante do cenário apontado por nossas fontes, devidos às vinculações e pelo contexto em que os rapazes atuaram, acreditamos que esses passageiros em, sua maioria, fossem os chamados “pombos-correio” do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola.

Conversamos também, com os senhores Antonio Voltan e Alceu Salomani, dirigentes da célula da AP Pelotas e responsáveis por viabilizar o esquema de fronteira dessa organização. Nesse contexto, a cidade

de Pelotas é pensada como uma segunda fronteira, um espaço onde são projetadas as últimas medidas de segurança para que os passageiros da liberdade deixem o país. Conforme foi relatado na entrevista concedida a autora, ao serem procurados em busca de ajuda para as Travessias, eles tinham de averiguar a movimentação dos setores repressivos no trajeto para as fronteiras mais próximas: Santa Vitoria, Chuí e Jaguarão. Quando o destino fosse Jaguarão esses indivíduos eram orientados a procurar auxílio na paróquia do Padre Caponi que se encarregaria da Travessia.

No cruzamento dos relatos do Padre com as falas dos dirigentes da célula Pelotas da AP, foi revelado um dos aspectos cruciais para se entender a forma como algumas redes de mobilidade se mantiveram atuantes por tanto tempo em uma cidade tão pequena como Jaguarão, tendo aproximadamente pouco mais de 20 mil habitantes no período. Ao questionarmos os dirigentes da célula Pelotas a respeito do fluxo de passageiros com destino à Jaguarão, fomos informados da realização de sete Travessias, e ao lançarmos semelhante questionamento ao Padre, este nos relatou ter acolhido cerca de quinze pessoas, se referindo apenas aos brasileiros auxiliados até 1977, quando foi transferido para uma paróquia em Pelotas-RS.

Como essas identidades não eram reveladas por motivos de segurança, nos é impossível precisar por qual rota, ou de qual organização esses quinze indivíduos eram oriundos. Entretanto, não é esse aspecto quantitativo o ponto mais relevante desse cruzamento de informações, mas sim o fato de que a participação de figuras influentes da cidade de Jaguarão fora fundamental para que tudo desse certo durante o processo de Travessia. Isso não quer dizer que o padre não foi uma figura que despertou muita atenção na cidade, muito pelo contrario, e, sobretudo devido ao seu en-

gajamento social junto aos mais necessitados, chegando até ser vigiado de perto pelos órgãos de repressão, tendo inclusive, seus sermões gravados. Todavia, por gozar de um alto prestígio social, e cultivar amizades com pessoas importantes nos meios militares, não enfrentou maiores problemas junto à justiça militar, continuando a desenvolver suas atividades sem maiores transtornos. Assim, como podemos perceber, a dialética entre Estado e oposição é significativamente condicionada pelas particularidades locais no que tangem as relações estritamente pessoalizadas tecidas nas cidades de interior e pequeno porte, e são essas particularidades que buscamos demonstrar no decorrer da pesquisa (GONÇALVES, 2018) a partir das outras redes também.

Considerações finais

Devido as suas características geopolíticas, o estado do Rio Grande do Sul é apontado pela historiografia dedicada esse período como um corredor tanto rumo ao exílio ou rearticulação da resistência quanto transito dentro da lógica repressiva do Estado ditatorial. Nesse sentido, é fundamental para a compreensão do nosso objeto de estudo a ideia de Travessia. Pois, esse pequeno recorte dentro da dinâmica organizacional das redes de solidariedade estabelecidas nesse contexto é um dos objetivos centrais dentro do esquema de fronteira de algumas organizações, indo muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, sendo fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizavam com a causa. É dentro dessa ampla conexão que encontramos na fron-

teira pequenos grupos que formam a rede de mobilidade que articula e viabiliza a Travessia. Essas redes são constituídas por agentes que ocupam diferentes posições no tecido social municipal, elas não possuem ligação entre si além do fato de contarem em sua composição com um elemento socialmente influente na cidade, indivíduo em tese livre de suspeitas, fator que acreditamos contribuir para o êxito da rede. Em síntese, almejamos com esse estudo demonstrar como aspectos socioculturais da vida cotidiana dessas cidades afetam direta ou indiretamente a referida atividade de resistência ao regime, quem são seus agentes, como se articulam e capitalizam sua influência e prestígio local para contribuir com a luta contra a ditadura.

Referências Bibliográficas

ASEFF, Marlon Gonzales. Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974). 2008. 203f. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

ASSUMPCÃO, Marla. Barbosa. A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968). 2011. 95f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

_____. A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973). 2014. 265f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. A ditadura civil-militar e o movimento estudantil em Jaguarão. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)- Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). Cone Sul em tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evandir UFRGS, 2013.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. In: Tempo e Argumento. V.5, n.10, jul/dez 2013.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. Travessia: O protagonismo da fronteira Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). 2018. 62f. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

PADRÓS, Enrique Serra; BORBOSA, Vania M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Amanda Simões Fernandes (org.). Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009. 4v.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.03-15, 1989.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da. Ditadura civil militar na região sul gaúcha: Militâncias e rotas de exílio. Dissertação, Universidade Federal De Pelotas- Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História. Pelotas, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. Im: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 8ªEd, 2006.

TAVARES, Renata de Paiva. “Aí Vem Estes Verdinhos Incomodar!”: A Censura no Jornal A Fôlha de Jaguarão no Período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. 2016. 37f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História)– Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal “A Folha” (1964). 2014. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História)– Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória/ (org.) PADRÓS, Enrique Serra; BORBOSA, Vania M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Amanda Simões Fernandes. - Porto Alegre: Corag, 2009. V.1. Capítulo. 2, p.51 70.

A INTERVENTORIA DE AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO (1937 -1945)

Marcos Alesandro Neves dos Santos¹

A historiografia da década de 50, busca explicações para o apoio dos trabalhadores ao fenômeno do dito populismo, que está atrelado à imagem de Getúlio Vargas na Primeira República. No entanto, por diversas vezes, as análises abordavam uma ótica da dominação ampla e irrestrita por parte dos políticos sob os ditos pobres trabalhadores que nada poderiam fazer diante da “dominação política” que por vezes era feita através dos meios de comunicação da época, jornais e principalmente o rádio ou quando necessário, através da repressão policial.

Jorge Ferreira faz uma importante crítica a essa visão em que o populismo na política brasileira tinha retirado da classe trabalhadora as suas tradições de luta por conta dos benefícios conquistados (FERREIRA, 2013). O autor se inspira nas obras do historiador inglês E. P. Thompson que analisa as relações da classe trabalhadora com o Estado, ele tece críticas a um marxismo mais ortodoxo que aponta a classe como algo de existência real, dura, e não uma construção diária como aponta em suas obras (THOMPSON, 1987).

Sendo assim, a intenção é demonstrar que a produção historiográfica no final dos anos 70 e início dos anos 80 promoveu uma fissura nos modelos interpretativos que se debruçam sobre os desdobramentos das questões sociais na história. A fissura altera o viés sobre as relações de dominação imposta entre os sujeitos

¹ Doutorando no programa de Pós Graduação em História da UFSM. Contato: marcosalesandro1@gmail.com

na historiografia onde passa a ser contestada a suposta dominação total, uma sujeição completa do indivíduo sobre outro.

Tal inflexão propõe uma oxigenação nos estudos desde a escravidão até as questões relativas ao trabalho livre na primeira república vem na esteira de uma reflexão também em caráter internacional no sentido teórico e metodológico que ironicamente chega ao Brasil no período da ditadura militar no momento da dita “abertura lenta e gradual” encampada por Geisel no final da década de 70. Levando em consideração esse contexto histórico de final da ditadura e início de um processo de redemocratização, é visto como natural a imersão de novas propostas que possibilitem a visualização de dito pensamento social brasileiro que traria em seu bojo protagonistas como escravos, escravos libertos, operários, artesãos, sociedades mutualísticas, montepios entre outros.

Podemos afirmar que se propôs uma recusa a outrora preponderância dos enfoques econômicos e um maior equilíbrio com as questões políticas e culturais para que as questões relativas aos dominantes e os dominados pudesse ser enriquecida. Tal enriquecimento faz uma recusa a tese de que haveria uma dominação total no que diz respeito ao econômico, cultural e político do indivíduo, uma sujeição completa de um sobre o outro capaz de aniquilar, controlar em todas as nuances fazendo com que o sujeito fosse apenas um esboço, coisificando-o, desumanizando, privando de qualquer possibilidade de resistência.

A nova proposta em momento algum nega as desproporcionais relações de força, não tenta suavizar as repressões como dão a entender seus detratores, apenas demonstra que toda tentativa de dominação, por mais efetiva que seja, é uma tentativa às vezes com mais as vezes com menos êxito, e é justamente nesse

mais ou menos êxito que emergem os atores, os alvos da dominação.

Esses atores mesmo em condições por vezes degradantes impõem ao seu modo formas de resistência e negociações com seus algozes, momentos de maior repressão com momentos de maior negociação de questões cotidianas, analisar essas relações de poder e como ele se estabelece em determinados contextos. Questionar a suposta tese de um poder e dominação total de um grupo sobre o outro nada mais é do que uma tentativa de esmiuçar as questões referente a dominação, ampliando seu leque e verificar se em algum momento as tensões entre subordinados e algozes se aliviavam por ter alguma demanda em comum, ou negociações que tornasse possível mesmo que por um breve momento, uma suavização na dureza dos dias.

O populismo como fenômeno político de origem latino americana teve grande receptividade no Estado de Pernambuco durante a ditadura do Estado Novo, tendo na imagem de Agamenon Sérgio de Godói Magalhães o seu principal representante. Os meios de comunicação da época, como os rádios e os jornais, serviam de suporte ideológico para os feitos políticos do interventor, que os alardeavam diariamente na Rádio Club de Pernambuco e no Jornal Folha da Manhã, subsidiados pelo governo justamente para propagandear os feitos do governo.

A construção ideológica do Estado Novo foi empreendida em Pernambuco constantemente, onde recursos políticos e propagandísticos eram utilizados de forma recorrente, a exemplo da manipulação das massas através dos meios de comunicação que atraía e inebriava as camadas mais populares da sociedade Pernambucana. No Brasil devemos analisar o contexto populista em um período pós revolução de 1930, momento em que as oligarquias perderam parte de seu

poder para as classes médias e para os setores burgueses ligados à industrialização:

Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional de ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós guerra (WEFFORT, 1978. p. 61)

A dita revolução de 1930, movimento idealizado pela classe média e pelas oligarquias mineira, paraibana e gaúcha com o intuito de combater o sistema oligárquico e o predomínio político paulista, deflagrou uma crise no sistema da República Velha. No entanto, por mais irônico que possa parecer tais objetivos (uma oligarquia querer derrubar o sistema oligárquico), deve-se observar algumas dimensões alcançadas pelo movimento:

Merece referência, em primeiro lugar, a decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder. Eles se viram obrigados a deixar as funções de domínio político, que até 1930 mantiveram de forma ostensiva e quase exclusiva, para substituir nas sombras (embora sempre presentes no novo regime, em nível regional ou municipal em muitas partes do país) até 1945, quando passam a ter representação privilegiada no congresso. Por outro lado, observa-se, a partir de 1930, uma tendência a ampliação institucional das bases sociais do Estado. Sobre esse aspecto, mas afim com o nosso tema, merece referir-se, inicialmente, a participação das classes médias e dos setores burgueses vinculados a industrialização no processo que conduz a crise do regime oligárquico. A participação política das classes populares tem muito a ver com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do estado. (WEFFORT, 1978. p. 63)

Pela teoria de Francisco Weffort pode-se compreender que o populismo foi um fenômeno político de característica urbana e que ganhou corpo com os processos de industrialização, urbanização, as migrações e a expansão das comunicações, caracterizando-se como um movimento urbano em contraponto do coronelismo que se estabelece de forma mais clara no meio rural. A identificação das massas com o regime personalista e a sua conseqüente adesão, pode-se justificar na origem rural das recentes classes populares, as quais se justifica o processo de urbanização.

Analisando por esse prisma, tendo como base a recém chegada das classes agrárias às áreas urbanas sem representatividade política e sem uma identidade de classe definida, foram facilmente utilizadas como instrumento de manipulação dentro do projeto populista. Sendo assim podemos analisar o regime personalista relacionado ao processo de urbanização e migração.

Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no dia 5 de novembro de 1894 em Serra Talhada. Após a sua formatura em Direito é nomeado promotor público da comarca de São Lourenço da Mata. Agamenon entrou no Partido Republicano Democrata (PRD), sendo eleito deputado estadual em 1933, em julho de 1934 e a convite de Vargas assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1936, já em janeiro de 1937, é nomeado interino do Ministério da Justiça, acumulando, assim, as duas pastas. Com o advento da ditadura Vargasista, foi designado interventor do Estado de Pernambuco, modelando o que viria a ser a gestão Estadonovista.

Agamenon promovia um sentimento de comoção social justamente pelos meios de comunicação da época, o jornal Folha da Manhã e a Rádio Club, ambas subsidiadas pelo governo para servir de suporte ideológico para ser a voz do governo *“Um governo que não*

escreve, não fala, não ouve, nem age, é um governo que não se fará entender. É surdo-mudo” (Folha da Manhã, Recife 23/II/41, p. 3)

Um dos instrumentos utilizados para propagar o jornal de modo mais amplo foi o seu preço. O Folha da Manhã era o jornal mais barato em circulação e também de uma fácil linguagem, o que aproximava ainda mais os leitores das notícias fornecidas pelo governo.

Com duas edições diárias, a matutina e vespertina, o governo tinha o intuito de alardear seus feitos para as mais diferentes classes, o primeiro tinha um caráter padrão, informativo, enquanto que o segundo tinha um tom mais leve, para as mentes mais cansadas após um dia de trabalho. Outra observação é quanto às imagens impressas no jornal, enquanto que os outros jornais pouco usavam imagens em seus panfletos tendo em vista seu alto custo, o Folha da Manhã estampava grandes imagens do interventor sempre passando uma imagem positiva de um governante moderno e defensor do seu povo.

O coração do Veranico era a Folha da Manhã. Lendo-a, a nítida impressão edulcorada do que se passava no Estado aparece: suas matérias enfocavam geralmente aspectos felizes e positivos da sociedade, com notícias geralmente boas. Os mais diversos elementos propagandísticos eram empregados para comprovar como, em apenas alguns meses, o Estado Novo já conseguira o feito de reformar por completo a sociedade pernambucana: seu povo, suas instituições. Quando das manifestações públicas, eventos e festas que ocorriam na capital, publicavam-se no jornal matérias fortemente adjetivadas, exagerando, para dizer o mínimo, o encantamento do novo regime. (NETO, 2006. p. 6)

Após a aquisição do jornal o intuito de comover e inebriar a população não cessou. O rádio, foi habilmente utilizado pelo regime. A Rádio Club teve a sua dívida quitada pelo governo e transformou-se em mais

uma célula do aparato ideológico de Agamenon Magalhães. Se no Folha da Manhã o interventor escrevia diariamente na rádio uma nova forma de contato em massa com a população foi criado; “Conversa com o ouvinte” e tinha o objetivo de fazer com que os leitores tivessem suas cartas respondidas ou o interventor debatia sobre temas de interesse popular.

Agamenon sabia que não bastava, apenas, colocar suas mensagens no rádio: era fundamental que elas fossem divulgadas de forma clara e atraente, para conquistar mais facilmente os corações e as mentes dos pernambucanos. Por isso, tal missão não poderia ficar a cargo de qualquer um, mas apenas dos locutores do Rádio Club. A exigente empresa demandava freqüentes exercícios de respiração (“para evitar os desagradáveis hiatos na seqüência da locução”xi), clareza na dicção e precisão tanto na inflexão quanto na entonação da voz, o que fazia desses profissionais elementos chave para a boa imagem do governo. As crônicas do interventor eram lidas por um dos principais artistas da época, Ziul Matos. ((NETO, 2006. p. 7)

Tendo em vista a utilização da Folha da Manhã e da Rádio Club, ambos subsidiados pelo governo, para alardear os feitos governamentais, podemos afirmar que o populismo em Pernambuco foi propagado pelos meios de comunicação, sendo assim conseguiu atingir um raio de alcance muito maior e também um maior “treinamento” da população para apoiar o regime.

Entre as medidas tomadas pelo governo de Agamenon, destaca-se a sua luta particular, intitulada Liga Social Contra Mocambo, que eram moradias insalubres situadas no centro do Recife, conhecidas como mocambos. No entanto, o intuito de Agamenon, retirando os moradores do mocambo, não era a melhoria de vida daquelas pessoas, e sim afastá-las do perigo do comunismo que muito preocupava as elites naquele momento, bem como promover o “embelezamento” da

cidade, sendo assim transportando as moradias insalubres para outros locais mais distantes da capital recifense

A mobilização contra os mocambos do Recife não é novidade do período do Estado Novo. Governos anteriores já tinham manifestado intenções e decretado medidas com o objetivo de extinguir a mocambaria da cidade, substituindo-a por vilas populares. Todavia, a vontade em eliminar a imagem africanizada da capital, nesse período, se revestiu de um conteúdo e sentido político antes não formulado explicitamente nacionalista, patriótico, coletivista, reeducativo e arregimentador. Novais Filho reforça o decreto de 1934 de Carlos de Lima Cavalcanti, proibindo a construção, concertos e reconstrução de mocambos, só permitindo em casos especiais e na zona rural, mesmo assim, longe no mínimo uns 200 metros das linhas férreas, tramways e estradas de rodagem (GOMINHO, 1997. p. 94)

O historiador Sidney Chalhoub no livro *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*, publicado em 1996 analisa a proliferação dos cortiços voltados para moradia dos trabalhadores nos centros urbanos era algo que mexia com o imaginário das elites políticas e econômicas no Brasil desde o final do século XIX, uma vez que a representação via imprensa desse espaço era estereotipada, rotulada como espaço propício para os vícios, a devassidão moral. A carestia por conta do aumento demográfico nas cidades foi um dos mais graves problemas enfrentados pela classe trabalhadora no início do século XX fazendo com que habitassem espaços inadequados para moradia, sem ventilação, pequenos e sendo ocupados por dezenas de pessoas que diversas vezes nem pertenciam a mesma família.

Os mucambos são edificadas em lugares húmidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços, invadindo as águas das grandes

marés o interior de muitos delles. Seu material de construção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha e folha de zinco para a coberta. O chão não tem revestimento algum e a divisão interna, quando existe, é a seguinte: - uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz, onde dormem amontoadas tres e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cozinha e, num pequeno pateo posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isto nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despejos são feitos na maré que passa perto ou encostada á habitação

A representação feita acima acerca da moradia operária e popular explica a forma com que os mocambos e os cortiços eram vistos na sociedade recifense do início do século XX. A residência acima citada não combinaria em nada com as obras de viés urbanísticos de inspiração de Hausmann que se alastraram pelo Brasil, no entanto é importante destacar que um olhar um pouco mais atento desfaz imediatamente essa dita modernidade que está restrita a pequenas áreas da cidade. Engels em sua obra sobre a condição dos operários na Inglaterra versa sobre a moradia operária:

Morava em Pool's Place, no no 2 da Quaker Street (Spitalfields), na maior pobreza: quando a polícia chegou ao lugar, encontrou-a com seis dos filhos literalmente empilhados num pequeno quarto dos fundos da casa, tendo como suas apenas duas cadeiras de vime sem assento, uma mesinha com os pés quebrados, uma xícara partida e um pequeno prato. Não tinha praticamente como fazer fogo, a cama de toda a família era uns poucos trapos e os cobertores eram suas próprias roupas em farrapos.

Um erro comum na historiografia nacional ao narrar as obras de remodelamento urbano nas cidades, ao falar de Belle Epoque, dão a impressão que as capitais como um todo “respiravam” esse ar e tinham vários adeptos, o que não é verdade, esse fenômeno

diz respeito apenas a uma parcela da burguesia que em finais do século XIX e início do XX inebriados pela influência europeia nas artes, nos traçados das ruas, nos cafés, cinemas ansiava em sentir parte do processo modernizante, ser moderno seria ser “civilizado” e nada mais importante para uma nação que queria superar as máculas da escravidão que durou quase cinco séculos, que se espelhar em tudo que remetesse ao novo, moderno, ordeiro.

Certamente Agamenon iria utilizar seu refinado aparato de comunicação em prol das mudanças que queria implementar. O Folha da Manhã e a Radio Club foram a voz do regime na luta contra Mucambópolis. A crise do campo e o conseqüente êxodo rural consolidaram o crescimento da cidade; tais pessoas não encontravam emprego e moradia digna, acabavam habitando terrenos de mangue e alagados em construções primitivas, os temidos mocambos. Por diversas vezes a derrubada desses mocambos se deu por vias violentas. Contando com apoio popular, Agamenon Magalhães incumbiu cada cidadão em sua guerra particular, a denúncia da construção, ou reparo de um mocambo deveria ser imediatamente informada ao governo, mais que uma simples delação, uma questão cívica e pátria para o cidadão recifense.

Após a expulsão dos moradores dos mocambos das áreas mais “visitadas” da cidade, a ocupação se deu em áreas mais distantes, locais em que as leis pregadas por Agamenon Magalhães não chegavam, não pela distancia geográfica, e sim por que o problema foi jogado para longe dos olhos da sociedade da época. Sem o aparato ideológico e de manipulação, os empreendimentos do interventor não seriam realizados com tanto apoio popular. Os traços populistas na política de Agamenon Magalhães foram sentidos na sociedade da época, como também nos dias atuais sente-se a sua

ressonância, mesmo com todo o aparato, com o fim da Segunda Guerra mundial, o modelo Estadonovista sofre um forte golpe, já não sendo possível dar continuidade ao processo de comoção recifense.

Diante disso, podemos concluir que o populismo em Pernambuco utilizado por Agamenon Magalhães esteve sempre amparado pelo meios de comunicação da época, seja o rádio ou o jornal. A interventoria soube através de uma aproximação das massas, defenderem os direitos da elite, sobretudo os seus próprios interesses que sempre estiverem alinhados com os da elite.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Folha da Manhã, Recife – Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Bibliografia:

FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 61-124.

GOMINHO, Zélia. A Veneza Americana x Mucambópolis: o Recife e o Estado Novo, dissertação de mestrado. Recife. PPGH/UFPE. 1997.

LEITE, Ricardo. Recife Dos Morros e Córregos: A fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. X Encontro Nacional de Historia Oral. Testemunhos: História e política. UFPE 2010

MAGALHÃES, Agamenon. Idéias e Lutas. Recife. Editora Raiz/FUNДАРPE, 1985.

NETO, Jose Maria. Propaganda política no populismo brasileiro: o caso pernambucano (1937 – 45). Campinas. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Volume 1: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

**ABREM-SE AS CORTINAS: ARTE, POLÍTICA E O TEATRO
EXPERIMENTAL DO GRUPO CENA ABERTA EM BELÉM
(1976-1988)**

Maria Rosa Cunha da Costa¹

O teatro é a arte do diálogo, dos movimentos e das representações, sendo possível a partir dele compreender o contexto e a cultura de uma determinada sociedade. A história do teatro, segundo Berthold (2004), inicia a partir do momento em que surge no homem primitivo a necessidade de exteriorizar sensações e se comunicar com o corpo por meio de articulações, atos e representações, transformando pinturas, danças e outros costumes populares em arte. O teatro configura-se, então, como linguagem do cotidiano, sendo possível observar o papel social que esse teatro exerce, uma vez que as representações cênicas abrangem a cultura, o social e o político de um contexto.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender as possíveis relações o teatro e a sociedade. Por meio de uma peça ou uma expressão corporal é possível ler e traduzir uma realidade permitindo, por conseguinte, novas possibilidades cognitivas, novos olhares e novas formas de se ver um período. Sendo assim, a seguinte pesquisa se debruçou sobre a trajetória do grupo Cena Aberta e suas interpretações e relações com o contexto da cidade de Belém durante as décadas de 1970 e 1980.

Primeiramente, o recorte temporal analisado está estritamente ligado ao processo de distensão do governo Geisel por volta de 1974 e o processo de redemocratização do governo Figueiredo, a partir de 1979. A política de distensão tinha como proposta uma len-

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Pará (PPGHIST).

ta, gradual e controlada transição para a democracia. (REIS, 2004). Neste período começam as discussões, movimentos e pressões pelo fim da ditadura, ou seja, existem vários movimentos destoantes acontecendo no cenário tanto nacional quanto local.

A trajetória do grupo tem início em 1976 com a estreia da peça “Quarto de Empregada” e continua em atuação até o final da década de 80 com suas montagens, espetáculos e dramatizações, conforme pode ser visto no jornal “O Liberal” da época. Em suas apresentações, verifica-se a existência e o início do teatro contemporâneo experimental em Belém, no qual as representações artísticas são feitas muito mais através de gestos e articulações no lugar de falas e narrativas, proporcionando novas aberturas e perspectivas para a dramaturgia nacional e local dentro do contexto de censura social e política. A expressão corporal e de movimentos sobrepõe-se à arte do diálogo e, para além disso, traz à tona diferentes temáticas e abordagens que foram vistos presentes no fazer cênico do grupo Cena Aberta.

Pavis (2009) conceitua “teatro experimental” como um movimento dos artistas que se posicionam contra as companhias que visavam ou propunham uma fórmula pronta para o teatro, ou seja, o teatro experimental visa o experimento de novas estruturas, técnicas e temáticas, para além do teatro clássico. Portanto, as artes cênicas no contexto paraense procuraram alternativas e outras possibilidades de se fazer teatro.

A partir do teatro experimental do Grupo Cena Aberta, é possível perceber, também, o movimento de novos atores sociais urbanos: a figura da mulher mais forte nas relações de trabalho, o advento dos trabalhos informais como ambulantes e a figura do morador de rua. Conforme podemos verificar na entrevista reali-

zada com Marton Maués em 2016, que atuou no Cena Aberta, identifica-se a expressão corporal nas cenas por meio das poéticas sexuais do corpo nu, com os atores e atrizes despidos no palco se relacionando pelo toque.

O teatro do grupo começa então a ser construído em torno de muitos desses aspectos, abordando novas temáticas e representações, inaugurando um novo saber e fazer cênico que muitas vezes entraram em choque com a realidade paraense da época. Sendo assim, algumas de suas peças foram censuradas como é o caso do embargo da peça “Theasthai Theatron” (1983) e sua adaptação. Invertendo as sílabas, o grupo cria a peça “Tronthea Staithea” em 1984, trazendo uma linguagem cênica performática que além da linguagem do corpo sem os textos narrativos, encontra-se presente também uma sátira em relação à censura da peça “Theasthai”.

Outro ponto importante a ser ressaltado, é a importância de conhecer e dialogar com o espaço em que o grupo Cena Aberta se encontrou inserido durante sua época de atuação, com o intuito de compreender quais as relações culturais existentes entre palco e teatro, tendo em vista que é no cenário do palco em que o teatro se materializa como representação de luta e resistência contra o regime vigente. É no palco que se observam as minúcias das representações e manifestações cênicas, e no caso do grupo Cena Aberta, o espaço do palco Waldemar Henrique vai dizer o que não pode ser dito, traduzir o que não tem tradução e finalmente representar partes do contexto em que aparentemente tudo deveria ser censurado.

Deste modo, conforme Salles (1997), inaugura-se em setembro de 1979 o Teatro Experimental Waldemar Henrique, que possibilita a existência de novas e diferentes formas cênicas para o teatro experimental do grupo Cena Aberta e de muitos outros grupos exis-

tentes, como o Grupo de Teatro Amador Arte Nossa, o Gruta, o Experiência, o Estúdio de Pesquisas Artísticas (EPA), e o teatro Equipe do Pará. (BEZERRA, 2010).

Portanto, não se é possível falar de “teatro” paraense, mas sim de “teatros”, ou seja, de diferentes formas de criações e manifestações cênicas de diferentes grupos que ora se contrapõem e se distanciam e ora se juntam e dialogam.

Os teatros de cunho mais popular localizavam-se no espaço da rua, como no Anfiteatro da Praça da República, e as dramaturgias mais clássicas eram apresentadas, na maioria das vezes, no Theatro da Paz. Consequentemente, os encontros entre o teatro de “elite” dos grandes espetáculos e o teatro “popular” de rua provocam trocas socioculturais e políticas entre os atores e a plateia. Entretanto, a cultura “popular” e a cultura “erudita” não podem ser entendidas como conjuntos sobrepostos ou antagônicos, mas pelo contrário, são fronteiras que se cruzam o tempo todo: a cultura dita “popular” mantém relações com a cultura “erudita” e vice-versa. Em outras palavras, conforme Burke (1989), “o que se qualifica de ‘erudito’ e o ‘popular’ está em permanente processo de ajustes, desajustes, reajustes, em suma, em movimento”.

O grupo Cena Aberta atuou literalmente em meio essas relações e atingiu durante três décadas o cenário teatral paraense com peças e espetáculos de caráter muitas vezes grotescos e desconfortáveis para a plateia, com a utilização de elementos estéticos do corpo nu e da sexualidade.

O conjunto das representações cênicas como as dramatizações e os espetáculos, bem como as outras manifestações artísticas, não existem apenas por existir. As artes, aqui traduzidas no teatro, foram pensadas e construídas por sujeitos e são ligadas a espaços e momentos específicos. As artes cênicas sem-

pre estiveram presentes no contexto amazônico, entretanto, estas representações não eram analisadas pela história do teatro e pela própria historiografia. Somente a partir do final do século XX o teatro torna-se objeto de estudo, passando a ser problematizado e estudado pelos historiadores. Essa mudança decorre, em grande medida, da própria transformação verificada no fazer historiográfico.

A pesquisa historiográfica até então se restringia a abordagens mais tradicionais e narrativas com as correntes Positivista e Historicista do século XVIII e XIX. Propunha-se uma história a partir de documentos oficiais que eram lidos sem problematização dos mesmos e buscavam por verdades históricas, como se fosse possível reconstruir uma história exatamente como aconteceu. Não obstante, nas décadas de 10 e 20 do século XX surge na França com Lucien Febvre e Marc Bloch a revista dos “*Annales*” inaugurando um novo fazer historiográfico, ou seja, este cenário é considerado, segundo Le Goff, (2003), o “ato que fez nascer a nova história”.

A inauguração da Nova História e da Nova História Cultural, inovou a historiografia com a possibilidade do diálogo com outras Ciências Humanas e com as novas perspectivas e abordagens de temáticas que antes não eram consideradas pela historiografia “tradicional”. A partir da década de 1980 foi possível tornar como objeto de estudo para a pesquisa historiografia as mentalidades, as festas, os aspectos do cotidiano e outras abordagens que antes se encontravam ausentes na pesquisa. A história das artes cênicas insere-se nesse quadro de transformações sobre o fazer histórico.

Esta pesquisa, portanto, buscou estar alinhada a essas novas perspectivas teóricas, que propõe a análise de grupos sociais e suas manifestações artísticas e culturais, como elementos importantes de diálogo e

interpretação política e social. Por meio de teóricos e seus conceitos como Marc Bloch, Jacques Le Goff, Peter Burke, Carlo Ginzburg e outros autores, propomos nesta oportunidade verificar estes aspectos, a partir do estudo do grupo Cena Aberta e da própria década de 1970 em Belém.

Ginzburg (2007) ao falar das expressões artísticas, como a fotografia, o cinema ou os gêneros literários, chama a atenção para o novo modo de ver, contar e pensar destas “inovações expressivas”. A arte propõe ao seu público cenas tratáveis como metáforas, que são construídas e precisam ser decifradas. Indubitavelmente, como discorre Ginzburg (2007), é importante distinguir realidade de ficção, mas ao mesmo tempo aprender a reconhecer quando uma se entrelaça na outra.

Tal qual as expressões artísticas supracitadas, o teatro também pode ser entendido como algo encenado, “não dito” ou “inventado”, por ser uma representação da realidade. Por meio de uma peça ou uma expressão corporal é possível ler e traduzir uma realidade do mesmo jeito que qualquer fonte, permitindo, por conseguinte, novas possibilidades cognitivas, como formas de se ver um período por outros olhares.

Para além disso, as inovações historiográficas propostas pelos *Annales* e pela Nova História possibilitaram uma “revolução documental”: um leque de possibilidades das fontes documentais e de métodos para a pesquisa historiográfica, como o uso de periódicos e jornais e da utilização da História Oral. O diálogo com documentos busca interpretações que as fontes documentais podem dizer, tendo em mente que foram produzidas por (ou para) alguém em determinado contexto, portanto são carregadas de intencionalidade, que podem ser analisadas e interpretadas pelo pesquisador. (BLOCH, 2001).

Inicialmente a pesquisa inclinou-se em com-

preender a experiências do Cena Aberta a partir dos periódicos do Jornal o Liberal nos períodos de atuação do grupo (1976-1988), que podem ser encontrados na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Contudo é importante lembrar que no período aqui analisado encontra-se vigente em cenário nacional a ditadura civil militar, portanto, a imprensa não está à mercê destes acontecimentos, possui seu posicionamento político em relação a este contexto, e neste caso os jornais, como meio comunicativo, foram importantes instrumentos utilizados por lideranças civis, políticas ou partidárias.

O que significa dizer que há grupos específicos não só de artistas ou dramaturgos, mas de outras pessoas relacionadas às artes cênicas, como jornalistas e críticos que se relacionavam com o teatro de forma indireta. (BECKER, 2010). Por meio dos periódicos, é possível verificar as particularidades de como as notícias a respeito do teatro são abordadas e a partir disso interpretar os grupos cênicos e o próprio contexto.

O presente trabalho teve também como metodologia a entrevista realizada em 2016 com Marton Maués, ator de fez parte do elenco. Sendo assim, pretende-se o uso da História Oral como método para pesquisa historiográfica, ampliando as entrevistas. A História Oral relaciona-se diretamente com a memória, ou seja, pelos processos de lembrança e esquecimento do entrevistado, a memória é vista como uma reconstrução psíquica do passado que é provocada no entrevistado por mim. (LE GOFF, 1994).

Propõe-se com isso perceber as particularidades que podem aparecer das entrevistas, e com isto compreender uma parte ou vertente dos “bastidores”, por trás do que era anunciado sobre o Cena, possibilitando novas interpretações por meio da fala de alguém que vivenciou e literalmente entrou em cena.

Outro ponto a ser destacado, para o desenvol-

vimento da pesquisa, é a discussão sobre História e Memória a partir de Jacques Le Goff (1994). Le Goff entende memória como uma função psíquica de reconstrução do passado, ou seja, a memória é dinâmica, transforma o contexto e é transformada por ele.

Primeiramente, é somente em 1974, ou seja, dez anos após a implantação do regime civil militar, que se foi possível falar sobre o contexto com certa liberdade. Daniel Aarão Reis (2004) afirma que é entre as décadas de 1980 e 1990 que começam os debates sobre o tema e somente nos anos 2000 que as “batalhas da memória” começaram a entrar em cena com reportagens, seminários e encontros sobre o que foi/significou a ditadura.

Em vista disso, a memória sobre este período é seletiva: ora revela ora silencia, ou seja, existe um jogo de memórias. Este “jogo de memórias”, como discorre Reis (2004), depende de quem está contando a história, quem está por trás do relato, existindo, assim, diferentes interpretações de um mesmo período. Para compreender essas questões é necessário levar em consideração que a história se constrói não somente a partir do passado, mas também do presente. Isto é, torna-se necessário entender que existe o período que aconteceu a ditadura e as interpretações (ou memórias) construídas posteriores a este período. O que possibilita afirmar que a história se inicia do presente e não somente do passado. (BLOCH, 2001).

O teatro é e faz parte de um processo. Os diversos saberes e fazeres cênicos desde a chegada do teatro com os jesuítas no Brasil colonial até o início do teatro contemporâneo experimental em Belém, permitem perceber as artes cênicas como parte do cenário paraense. (SALLES, 1994). O que significa dizer que o entendimento sobre o teatro paraense é complexo e requer ainda muita pesquisa histórica e diferentes interpretações sobre o cenário paraense e sobre a própria arte cênica.

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender as possíveis relações entre a arte do teatro e a sociedade. O teatro, bem como as outras manifestações artísticas, não só fazem parte do âmbito sociocultural de um determinado contexto, mas, além disso, permitem interpretações sobre o mesmo, transformando a sociedade e sendo transformado por ela a todo tempo. Sendo assim, a seguinte pesquisa se debruçou sobre a trajetória do grupo Cena Aberta e suas interpretações e relações com o contexto da cidade de Belém durante as décadas de 1970 e 1980.

Considera-se que o presente trabalho pode contribuir para a historiografia e compreendê-lo vinculado com a história social da Amazônia, percebendo, entre outros aspectos, qual a experiência sociocultural do teatro no cenário paraense e como este foi produzido, reproduzido e ressignificado.

Para além disso, os estudos na área específica do teatro e da ditadura civil militar ainda precisam ser discutidos, analisados e desenvolvidos através dessas novas possibilidades historiográficas, tornando o desenvolvimento desta pesquisa necessária e de grande importância acadêmica para a ciência histórica.

Contudo, os limites deste trabalho podem ser aqui traduzidos como convite e oportunidade para novas análises e pesquisas sobre esta temática e sobre o grupo Cena Aberta. Deste modo, por fim, o trabalho buscou oferecer uma perspectiva de leitura sobre a cidade de Belém por meio do teatro e das artes cênicas, tendo em vista as diferentes leituras e interpretações existentes entre teatro e sociedade.

Referências Bibliográficas

Entrevista:

Marton Maués, professor na Escola de Teatro da Universidade Federal do Pará e fundador do grupo “Palhaços Trovadores”. Entrevista realizada no dia 22/06/2016 em sua residência.

Periódicos

“Atores voltaram atrás e encenaram a ‘Via Sacra’” notícia de O Liberal, Belém, 02 abril, 1983, p. 2. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Campos, A. “Páscoa” notícia de O Liberal, Belém, abril, 1983. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Concluídas as obras de reforço do palco do Teatro da Paz” notícia de O Liberal, maio, 1983. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Doce Deleite leva bom público ao Teatro da Paz” notícia de O Liberal, Belém, 04 jun, 1983. Caderno Lazer, p.5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícia: Coluna teatro. O Liberal, Belém, 28 novembro, 1976. Caderno Vera, p. 4. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícia: Coluna teatro. O Liberal, Belém, 03 junho, 1977. Caderno Local, p. 4. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícias: Teatro. O Liberal, Belém, 04 março, 1978, p. 4. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícias: coluna teatro. O Liberal, Belém, 10 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícias: Teatro. O Liberal, Belém, 14 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícias: Teatro. O Liberal, Belém, 15 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Notícias: Teatro. O Liberal, Belém, 17 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

SANTOS, Vera Cardoso de. “Artes e Artistas” notícia de O Liberal, 17 novembro, 1976. Caderno Vera, p. 9. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“O Palácio dos Urubus’ volta ao Experimental” notícia de O Liberal, Belém, 02 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Palácio dos urubus permanece em cartaz no Experimental WH” notícia de O Liberal, Belém, 07 jun, 1983. Caderno Lazer, p.5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Papa pede o triunfo do bem do mundo” notícia de O Liberal, Belém, 02 abril, 1983, p. 8-10. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Peças para criança no Experimental” notícia de O Liberal, Belém, 11 jun, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Pelos rumos da liberação de um espetáculo teatral” notícia de O Liberal, Belém, maio, 1983. Caderno Lazer, p. 5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

“Teatro amador com duas peças no fim de semana” notícia de O Liberal, Belém, 04 jun, 1983. Caderno Lazer, p.5. Biblioteca pública Arthur Vianna.

Bibliografia

BECKER, Howard. *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BEZERRA, José Denis de Oliveira. *Cartografia das memórias teatrais na cidade de Belém (1957-1990)*. Anais do II Seminário Brasileiro de Poéticas Oraís: métodos, acervos, cartografias (Parte 2). Universidade do Estado da Bahia, ago-set 2011.

_____. *Memórias cênicas: poéticas teatrais na cidade de Belém (1957-1990)*, orientador, José Guilherme dos Santos Fernandes. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Curso de Mestrado em Letras, Belém, 2010.

_____. *Vanguardismos e modernidades: a criação do serviço de teatro da Universidade do Pará (1957-1970)*. Belém: Ufpa, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Obras culturais e disposição culta*. In: BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *Amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo / Porto Alegre: EDUSP / Zouk, 2007.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São paulo, Unesp, 1991.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna*. Trad. Denise Bottmann. 2. Ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O que é História Cultural*. Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

CARMO, Giovana Miglio do. *O cena aberta na construção do teatro contemporâneo em Belém do Pará*. XXVIII Simpósio nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC, 2015.

CARVALHO, Sérgio de. Um certo conceito de teatro. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 169-175, março/maio 2001.

COELHO, Marinilce. O Grupo dos Novos: Memórias Literárias de Belém do Pará. Belém: EDUFPA: UNAMAZ, 2005.

ÉLERES, Paraguassú. Teatro de vanguarda: o Norte Teatro Escola do Pará e os festivais de teatro de estudantes, Recife, Santos, Brasília, Porto Alegre (1958 a 1962). Belém: Paka-Tatu, 2008.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JANSEN, Karine. O teatro contemporâneo no Pará: Conceitos, memórias e histórias. Revista Ensaio Geral, n. 2, v1, p. 87-98, Belém, jul/dez, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MIRANDA, Michele Campos de. Luís Otávio Barata: por uma cena aberta e política no Pará. Revista Ensaio Geral. n. 2, v. 1, Belém: ET-DUFPA, 2009.

_____. Performance da plenitude e performance da ausência: vida/obra de Luís Otávio Barata na cena de Belém. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, Programa de Pós Graduação do Centro de Letras e Artes, CLA, 2010.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. O Teatro que o povo cria cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará: da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997.

NUNES, Maria Sylvia. Universidade e Shakespeare. In: UFPA 50 ANOS: Relatos de uma trajetória. Organização Alex Fiúza de Mello. Belém: EDUFPA, 2007, p.191-192.

OLIVEIRA, Francisco de. Teatro e poder na Grécia. Universidade de Coimbra, HVMANITAS, Vol XLV, 1993.

PEIXOTO, Fernando. O que é teatro. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Teatro em movimento. São Paulo: Hucitec, 1989.

PIGNARRE, Robert. História do teatro. Lisboa, PT: Publicações Europa-América, S/D.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP:Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estadista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2014.

REIS José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REFKALEFSKY, Margaret. Pássaros...bordando sonhos. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2001.

SALLES, Vicente. Épocas do teatro no Grão Pará ou apresentação do Teatro de Época. Tomo I. Belém: UFPA, 1994.

_____. Épocas do teatro no Grão Pará ou apresentação do Teatro de Época. Tomo II. Belém: UFPA, 1994.

_____. O retábulo de Waldemar Henrique. Teatro Experimental Waldemar Henrique. Belém: SECULT, 1997.

SANTOS, Adalberto Silva. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SILVA, Eliane Suelen Oliveira da; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; SERRA NETTO, Helio Figueiredo da. A Potência das imagens em uma miscelânea amazônica: sociabilidade e estilo de vida nos Pássaros Juninos de Belém-Pará. Revista de Antropologia, Belém, v. 2, n. 2, p.268-296, 2010.

WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. Plural. Sociologia, USP, São Paulo, 6: 139-168, 1º sem. 1999.

_____. Arte. In: Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Hegemonia. In: - -, Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SESSENTA ANOS DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA EM DEBATE¹

Mateus José da Silva Santos²

Quase sessenta anos depois, a Política Externa Independente (PEI) é uma das páginas mais importantes da trajetória da Política Externa Brasileira na segunda metade do século XX. Compreendendo-a de forma heterogênea, marcada por ambiguidades e contradições, a PEI durante o curto governo Jânio Quadros foi vista como um aparente descompasso em relação à Política Econômica. Do ponto de vista de seu conteúdo, teria sido caracterizada pelo universalismo, na busca por uma atuação além do plano hemisférico. Destacaram-se, dentre outras coisas, as proposições ou ações em torno da defesa da paz mundial, do direito internacional e do multilateralismo, um novo padrão de relacionamento continental, a busca por novos mercados, o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e o fortalecimento de laços com o mundo socialista, a defesa da autodeterminação dos povos e a ampliação das relações com o continente africano.

Sobre as relações Brasil – África, é possível enxergar um quadro de maior destaque, se contrapondo

¹ Este texto constitui uma versão reduzida de uma proposta mais ampla de artigo sobre as Relações Brasil-África durante a PEI por parte de algumas das principais referências bibliográficas sobre o tema, com outros nomes que extrapolam os limites dessa primeira análise, tais como Henrique Altemani Oliveira, Tânia Mansur, Braz José de Araújo, Clodoaldo Bueno, entre outros. Dialogamos diretamente com as considerações realizadas por Brum (2008) em sua dissertação de mestrado. Na ocasião, este autor também analisou as produções historiográficas sobre a PEI de uma forma mais ampla, para além das relações Brasil – África.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente desenvolve pesquisas sobre as Relações Brasil – Egito durante a Política Externa Independente (1961-1964), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

às ligações menos dinâmicas de décadas anteriores. Se por um lado, interesses comerciais, perspectivas de cooperação e estabelecimento de relações diplomáticas com Estados independentes marcaram esses três anos (1961-1964), por outro, posturas frente às descolonizações francesa na Argélia e portuguesa em África e na Ásia - além das relações com a África do Sul - podem ser consideradas como entraves ou limitações ao processo de aproximação com o continente africano, reflexos de uma Política Externa que sofreu influência complexa de uma diversidade de interesses.

Diante dessas características, este breve texto pretende discutir como as relações Brasil - África, enquanto uma das partes essenciais da PEI, foi tratada por parte da historiografia. A noção de historiografia aqui abrange mais do que historiadores de formação, abarcando também cientistas políticos, internacionalistas, sociólogos e diplomatas, reflexo do próprio desenvolvimento da interação entre a História e as Relações Internacionais. Para evidenciar tal diversidade, trabalharemos aqui com o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira³, o historiador Paulo Fagundes Vizentini⁴, o bacharel e diplomata Rubens Ricupero e o engenheiro elétrico Pedro Malan⁵. No interior de um processo de revisão bibliográfica em andamento, duas questões norteiam nossas investigações: 1 - As relações Brasil - África, durante a PEI, representaram uma ruptura ou uma continuidade frente à trajetória da PEB nos anos 50?; 2 - Quais os principais temas trabalhados ou citados por tais autores acerca das ligações entre brasileiros e africanos? Enfatiza-se a PEI durante o governo Jânio Quadros, pensado aqui como uma espécie de primeira fase em relação ao período 1961-1964.

³ Moniz Bandeira foi formado em Direito.

⁴ Vizentini possui ainda mestrado em Ciência Política e Doutorado em História.

⁵ Pedro Malan possui ainda doutorado em Economia.

História e Relações Internacionais: possibilidades de interação

Compreendendo as Relações Internacionais como “o complexo de relações que intermedeiam entre os Estados” (PISTONE, 1998, p. 1089), suas interações com a História são de longa data, antecedendo sua formação enquanto disciplina. Segundo Clodoaldo Bueno (2012), marcos como a História dos Tratados a partir do século XVI e a História Diplomática no século XIX foram algumas das páginas no interior do relacionamento entre a produção dos historiadores e as questões externas dos Estados.

A chamada História Diplomática, em particular, situada num contexto de afirmação da disciplinarização histórica e da produção das chamadas Histórias Nacionais, cumpriu um papel de destaque. Para Pedreira Campos (2018), essa modalidade de história correspondeu à dimensão externa da história institucional, numa perspectiva estadocêntrica, centrada, muitas vezes, nos grandes homens e nos chamados grandes acontecimentos. Em termos metodológicos, esse tipo de História enfatizou o uso dos documentos escritos, atrelados ao que se convencionava considerar como oficial (GONÇALVES, 2007), isto é, produzido por agentes de Estado e demais representantes institucionais. No caso brasileiro, autores como Pandiá Calógeras, Hildebrando Acioly e José Carlos Macedo Soares foram destaques na produção em História Diplomática.

Sendo atingida não somente pelas transformações na História a partir dos *Annales*⁶, como também

⁶ O papel da chamada crítica a História événementielle por parte da Escola dos *Annales*, como também pelo próprio marxismo, e seus efeitos para a constituição da História das Relações Internacionais pode ser tomado com cautela. Segundo Gonçalves (2007), nenhum dos referidos movimentos tiveram maior interesse pelo desenvolvimento da História das Relações Internacionais.

pelo desenvolvimento disciplinar das Relações Internacionais e as complexas ligações com a ciência política, a História das Relações Internacionais ganhou seus contornos também pela produção da chamada Escola Francesa de R.I. Esta, associado ao que se convencionou chamar de “o novo interesse pelo político” (RÉMOND, 2003), produziu um quadro de maiores interações entre a História Política e os estudos internacionalistas, tanto a partir do reconhecimento das ligações entre Política Interna e Política Externa (MILZA, 2003; DUROSELLE, 2000), quanto pela preocupação dos historiadores com as questões internacionais.

Numa ampliação sobre o conceito de fonte, bem como das perspectivas de construção de uma pesquisa histórica, a História das Relações Internacionais se caracterizou pela preocupação com outros atores, para além do Estado em si, bem como levantou uma diversidade de problemas, contribuindo para a compreensão de uma diversidade de processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Segundo Amado Cervo (2011), tais transformações no Brasil datam dos anos 1940 e 1950, com a fundação do Instituto Rio Branco. Porém, a partir dos anos 1970, com a criação do mestrado e do doutorado em História das Relações Internacionais na UNB, tal trajetória ganhou novos contornos. Contudo, para além das contribuições da Escola Francesa, cumpre destacar a importância de historiadores brasileiros que, situados em perspectivas teórico-metodológicas e problemas próprios, colaboraram e muito para este movimento, como no caso de José Honório Rodrigues (GONÇALVES, 2007).

Como pontuou Thiago Brum (2008), ao falarmos de uma historiografia sobre as relações internacionais, especialmente considerando a produção brasileira, podemos estar adentrando num campo diverso quanto às

origens de seus produtores. Cientistas políticos, internacionalistas, diplomatas, historiadores, sociólogos e outros agentes intelectuais caracterizaram a construção de análises sobre a História das Relações Internacionais, tendo a trajetória da Política Externa Brasileira como um dos possíveis objetos mais relevantes.

Por essa perspectiva mais abrangente, adentremos, portanto, nas análises sobre as produções acadêmicas e intelectuais sobre o assunto. Sem pretensão de cometer algum juízo de valor sobre tais trabalhos, o principal objetivo dessa análise reside em contemplar a diversidade de perspectivas sobre as Relações Brasil – África na PEI, compreendendo como, partindo de lugares distintos, os autores em questão constroem suas leituras sobre tal processo.

**Entre continuidades e descontinuidades?
Olhares historiográficos sobre as Relações
Brasil – África no período Jânio Quadros**

Na trajetória da Política Externa Brasileira, a existência de um ritmo específico parece ser uma marca que atravessa décadas ou até séculos. Conforme pontua Letícia Pinheiro (2004), nem sempre rupturas políticas em âmbito interno produziram rupturas de orientação externa ou então o inverso, isto é, mudanças no plano externo em momentos de relativa estabilidade interna.

Algumas abordagens mais modestas em termos de recorte temporal caracterizam também os debates sobre a continuidade em Política Externa. Mesmo reconhecendo as ambiguidades e as especificidades de cada governo, além do hiato após o suicídio de Vargas, Vizentini (2003) enxergou um quadro de continuidades na Política Externa entre 1951 e 1964. Novas demandas à política exterior diante das transformações

na sociedade brasileira, além da busca pela consecução dos projetos nacionais, como a industrialização e o desenvolvimento capitalista, estariam entre os pontos de aproximação desse período histórico.

Brum (2008) desenvolveu uma importante análise sobre as correntes historiográficas que discutiram a PEI e suas perspectivas sobre o que tal política representou frente à trajetória da Política Externa. Não deixando de afirmar que todo o processo histórico é constituído, ao mesmo tempo, de continuidade e ruptura, o autor buscou reconhecer o que aparece com mais ênfase no interior dos trabalhos analisados⁷, chegando à conclusão de que haveria duas grandes tendências mais gerais. Os autores que valorizaram a ruptura tenderam a olhar mais para a ação política. Em contrapartida, os defensores da continuidade, defenderiam as interações da Política Exterior com aspectos societais.

Diante desse quadro mais abrangente para a discussão sobre a PEI em seus primeiros momentos, buscaremos reconhecer quais temáticas constituíram o universo das Relações Brasil – África nas leituras mais gerais sobre a Política Externa no período em estudo. Num esforço de síntese sobre as perspectivas adotadas como objeto de análise, podemos estabelecer o seguinte quadro acerca da composição das relações Brasil – África, considerando como principais variáveis de investigação os temas mais recorrentes na caracterização da PEI e seu processo de aproximação com o continente negro:

**História Militar e as Ditaduras no Cone Sul:
Lutas políticas e a busca por direitos**

Autor/ Autora	Interesses comerciais	Repre- sentações diplomá- ticas	Defesa da autode- termina- ção	Ambigui- dades e discurso cultura- lista	África do Sul
Moniz Bandeira	Sim	Não	Sim	Não	Não
Paulo Fagundes Visentini	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim ⁸
Pedro Malan	Não	Não	Sim	Não	Não
Rubens Ricupero	Não ⁹	Sim	Sim	Sim	Não

Em relação aos autores sugeridos, destaca-se certa convergência em torno da defesa da autodeterminação dos povos, evidenciada, de forma mais direta, nas quatro obras. Os demais temas sofreram variação conforme uma análise de cada abordagem. Começando por Rubens Ricupero (2017), seu olhar para as Relações Brasil – África no governo Jânio Quadros foi marcado por abordagens pontuais, coerente com a proposta de uma obra mais geral sobre a trajetória da diplomacia brasileira em mais de dois séculos e meio.

Identificando uma natureza embrionária da PEI durante o governo Quadros, sua tendência de valorização da ruptura em relação ao governo JK é evidente. Comparando com a abordagem desenvolvida sobre a Política Externa de Kubitschek, uma de suas principais impressões reside na superação da perspectiva hemisférica. A África passaria da condição de

⁸ Em sua abordagem sobre o governo Jânio Quadros, este autor não sugere explicitamente as contradições brasileiras frente ao regime sul-africano. Contudo, ao citar a permanência dos chamados “bastiões brancos” no continente, a África do Sul foi incluída, aspecto único entre os autores trabalhados.

⁹ Tomando como base a obra selecionada como fonte, o autor cita de passagem o envio de Missões ao continente africano durante o governo Jânio Quadros.

mero rival para a ocupação de um lugar mais importante.

Ao sugerir certo “desinteresse” da diplomacia brasileira durante o governo janista pelo sistema interamericano, uma evidência levantada pelo autor residiu em aspectos caracterizadores da aproximação com o continente africano:

A diplomacia de Jânio de certo modo desinteressou-se do sistema interamericano. Ao menos, não o via mais como horizonte exclusivo e incontornável da sua presença no mundo. Sentia-se atraída pelos continentes e regiões que começavam alcançar independência. Despachou missões à África, começou a criar embaixadas e consulados no continente africano, adotou postura autônoma e divergente na crise do Congo. Mais forte ainda foi o interesse que despertou em Jânio o esforço de Nehru, Nasser, Sukarno e Tito de organizarem um terceiro sistema, nem soviético nem ocidental, cobrindo a Ásia, a África e a Iugoslávia comunista e independente de Moscou (RICUPERO, 2017, p.417)

Dentre as mudanças no rumo da diplomacia brasileira, uma tendência autônoma frente ao sistema interamericano teria sido evidenciada pelo aumento da atividade diplomática em relação ao mundo afro-asiático, bem como pela manifestação de certa simpatia aos Não-Alinhados. Na concepção do diplomata, sem trazer à tona, a priori, as ambiguidades do Brasil diante do chamado neutralismo, o Brasil se colocaria como um possível expoente latino-americano nesse movimento de revisão da ordem internacional, cujo um país africano, o Egito, possuía condição também de destaque.

Do ponto de vista das ambiguidades das relações Brasil – África, a questão colonial portuguesa foi tratada no plano dos limites da PEI. Discurso e prática apresentariam inconsistência, partindo da contraposição entre o compromisso brasileiro em apoiar

a autodeterminação dos povos e o peso das relações luso-brasileiras quanto ao colonialismo de Lisboa em África e na Ásia.

Tendo como objeto central as relações entre Brasil – EUA ao longo de quase quatro décadas, Moniz Bandeira (2011) evidencia a condição quase que estruturante e complexa das ligações entre brasileiros e estadunidenses para a trajetória da Política Externa em partes do século XX. Com o subtítulo de “a rivalidade emergente”, o autor evidencia como uma diversidade de interesses marcou a trajetória de relacionamento entre os dois países, especialmente entre a afirmação de uma hegemonia estadunidense, com reflexos para o plano regional, e os esforços brasileiros de alteração de redefinição de sua inserção no sistema internacional.

Dando ênfase ao que considerou como “necessidades econômicas”, a sugestão de uma aproximação com o continente africano aparece nesta abordagem ainda durante o governo Kubitschek. Visando o atendimento das demandas dos trabalhadores e o projeto de expansão do capitalismo brasileiro, aspectos que evidenciam o caráter policlassista da aliança que sustentou o ex-governador de Minas, alterações na diplomacia em direção ao continente africano corresponderiam aos interesses em torno do alcance de novos mercados para a indústria brasileira.

Na caracterização do período Jânio Quadros, as relações entre desenvolvimento nacional e Política Externa ficam explícitas enquanto uma componente fundamental do processo de inserção internacional do Brasil. No caso da África Negra, questões de segurança também teriam influenciado os rumos da política exterior do país frente ao outro lado do Atlântico. Para Bandeira (2011), diante da tendência de avanço da influência soviética sobre a África Ocidental, o Bra-

sil poderia exercer um papel mais assertivo frente ao desgaste das potências ditas Ocidentais.

Essa perspectiva de influência brasileira no continente africano sustentaria a mudança ou manutenção de determinados posicionamentos no âmbito da política internacional:

[...] E não seria defendendo o big stick contra Cuba ou a continuidade de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique como províncias ultramarinas de Portugal que o Brasil robusteceria seu prestígio internacional, particularmente no Terceiro Mundo, e alcançaria aqueles objetivos comerciais e políticos (BANDEIRA, 2011, p.91)

Na expectativa de uma posição mais firme frente aos países independentes, tendo como horizonte o cenário de Guerra Fria, uma posição mais assertiva frente à descolonização, inclusive no caso português, foi tomada como fundamental. Contudo, apesar de afirmar que muitos conteúdos da PEI não passaram de discursos, o autor não se refere às contradições frente ao colonialismo português, nem tampouco as posições frente ao governo de Pretória e o regime de *apartheid*.

Também desenvolvendo uma análise de natureza econômica, Pedro Malan (2007) também teceu considerações sobre a PEI durante o governo Jânio Quadros, fazendo menções às relações Brasil – África. Ao contrário de Bandeira (2011), este autor estabelece uma relação maior de ruptura entre a Política Externa JK e o governo sucessor. Malan cita o Convênio Internacional do Café, assinado em 1959, que envolvia diretamente o continente africano e sua condição concorrente em relação ao Brasil, num esforço de repensar questões relacionadas à produção e ao processo de exportação.

Para Malan (2007), a descolonização foi um dos elementos mais centrais para o desenvolvimento da PEI, do ponto de vista sistêmico. O anticolonialismo foi considerado enquanto parte da expressão de um reposicionamento internacional do Brasil, movimento compreendido como “autoafirmação dentro da aliança”, assemelhando-se ao caso francês a partir do governo De Gaulle. Mesmo sob uma perspectiva econômica, o autor não avança em considerações sobre o interesse brasileiro na expansão dos mercados e nem nas contradições quanto à defesa da descolonização.

Originado a partir de sua Tese de Doutorado, *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): O Nacionalismo e a Política Externa Independente* analisa a trajetória da Política Externa no Pós-Guerra, com ênfase para a tendência de continuidade entre os anos de 1950 até 1964, excetuando o hiato entre a morte de Vargas e os dois primeiros anos do governo Juscelino Kubitschek. Para Vizontini (2004), um conceito chave para a identificação dessa característica ao longo dos anos 50 até a derrubada de Goulart em 1964 foi a chamada barganha. Esta, na prática, do ponto de vista da inserção internacional brasileira, materializava-se pelo apoio aos EUA no plano estratégico em troca de recursos para a economia.

Sem deixar de reconhecer as especificidades dos governos Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, a proposta de Vizontini reside no reconhecimento de um quadro de desenvolvimento em Política Exterior que atingiria uma condição mais “madura” durante a PEI, ainda que diante de ambiguidades e contradições. Essa perspectiva mais geral se torna coerente com a abordagem sobre as relações Brasil – África a partir da nossa análise. Ao situar os passos brasileiros em direção ao continente negro, a segunda metade do governo JK representaria um segundo mo-

mento de esforço multilateral da PEB nos anos 50, sucedendo aquela desenvolvida durante parte do governo Vargas.

No que considerou enquanto um “ensaio” (VIZENTINI, 2004), a diplomacia brasileira teria desenvolvido uma atitude moderada frente aos processos de descolonização, ao reconhecer os novos Estados Independentes segundo a postura das potências colonizadoras. No entanto, o diferencial proposto pelo historiador gaúcho reside na referência à expansão da presença brasileira no mundo Afro-asiático ainda no governo JK, via abertura de representações diplomáticas.

Diante de uma proposta de análise mais fundamentada na continuidade, a PEI marcaria o aprofundamento dessa tendência de aproximação, numa conjuntura de maior consolidação das transformações internacionais e em meio às mudanças internas já enunciadas nos anos 1950. Do ponto de vista ideológico, questões como a autodeterminação dos povos, a defesa da descolonização, a expansão dos mercados e a defesa do Direito Internacional na relação entre os povos foram alguns dos componentes que aproximavam o Brasil não somente dos países africanos, mas do próprio Movimento dos Não-Alinhados, a tal ponto do uso do termo “barganha neutralista” para a caracterização dessa primeira fase da Política Externa no curto mandato de Quadros (VIZENTINI, 2004).

As considerações sobre o espaço ocupado pelo continente africano na Política Externa de Jânio Quadros variaram entre elementos de natureza institucional, questões econômicas, impasses políticos e propostas que ultrapassavam as fronteiras do Itamaraty, alcançando setores da intelectualidade e da sociedade. A criação da Divisão da África, a formação de um Grupo de Trabalho para aquele continente, a criação de embaixadas e consulados, além da redução em 20% do

salário de categorias internas da diplomacia em favor da concessão de bolsas de estudo aos países africanos apresentam um grau de integração entre um aprofundamento nas relações entre Brasil e o continente negro e a construção de bases organizativas para tais empreendimentos.

As ambiguidades da Política Externa janista frente à descolonização africana e a conjuntura sul-africana se inserem de forma complexa nas discussões do autor. Apesar de reconhecer as proximidades entre Brasil e Portugal e as permanências do colonialismo e da segregação racial na África Meridional, um “anticolonialismo militante” teria substituído a postura mais favorável à Lisboa (VIZENTINI, 2004, p.166), gerando tensões com o tradicional aliado. Neste sentido, sugere-se uma interpretação de uma posição mais assertiva frente à descolonização, inclusive no caso português, aspecto que gera controvérsias por parte da literatura acessada sobre o assunto.

Considerações finais

Quase Sessenta Anos após Jânio Quadros assumir a presidência do Brasil por sete meses, a Política Externa Independente ainda constitui um dos temas mais relevantes para a compreensão daquele agitado período. As relações Brasil – África foram parte integrante desse esforço de reorientação da inserção internacional do país, numa tendência de aproximação aos novos Estados Independentes e reconhecimento de agendas comuns.

Entre citações aos interesses comerciais, a ampliação das representações diplomáticas, a defesa da autodeterminação e as ambiguidades frente ao Colonialismo Português e o regime de apartheid na África do Sul, os quatro autores selecionados para esse tex-

to interagiram de formas distintas frente ao assunto. Numa variação que corresponde tanto aos objetivos expressos nas obras selecionadas para a abordagem, quanto ao lugar ocupado pela PEI em suas produções, as relações Brasil – África são vistas sobre o prisma da continuidade ou aprofundamento a partir das leituras apresentadas por Moniz Bandeira e Vizontini, enquanto que, a partir da produção de Malan e Ricupero, a tendência foi de ruptura.

Do ponto de vista da produção intelectual e historiográfica, considerando as características apresentadas à História das Relações Internacionais, as perspectivas em estudo evidenciam diferentes formas de observação da PEI, no entendimento de que esta se situa num quadro de inserção complexa na trajetória da diplomacia brasileira, marcada por continuidades, descontinuidades, ambiguidades e contradições em sua ação e em sua formulação. Assim, entre ausências e presenças, uma leitura mais profunda sobre os rumos das relações entre brasileiros e africanos no início dos anos 1960 passa também pela revisita a estes e outros autores aqui não trabalhados diante das limitações de espaço, num exercício de contemplação da diversidade da produção sobre a trajetória da Política Externa Brasileira.

Referências Bibliográficas

BRUM, Thiago Pereira Caldas. Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, 2008, 160 p.

CAMPOS, P.H.P. História e Relações Internacionais: possibilidades de interface e pesquisa. In: Márcia Maria Menendes Motta; Mônica de Souza Nunes Martins. (Org.). História em Parceria. 1ed.Seropédica: Edur, 2018, v. , p. 373-394

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Editora da Universidade de Brasília, 2011, 525 p.

**História Militar e as Ditaduras no Cone Sul:
Lutas políticas e a busca por direitos**

GONÇALVES, William da Silva. “História das Relações Internacionais”. In LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, William da Silva. História das Relações Internacionais: teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 13 – 41.

MALAN, Pedro. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)”, in FAUSTO, Boris (ed.). História geral da civilização brasileira (HGCB). 4a. ed., São Paulo: Difel, 2007, tomo III, vol. 11.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. Por Uma História Política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.365-399.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950- 1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

RÉMOND, René. Por Uma História Política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 472 p.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil. 1ªed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

1964 GOLPE MILITAR OU CIVIL-MILITAR?

Sandra Gorete Gomes de Oliveira

O Ensino de História tem uma importância fundamental na formação dos indivíduos em sociedade, na construção de sua identidade, que contribui para a reflexão sobre nossas relações com os demais, nossas atitudes e noções para interagirmos com o meio. Para isso, temos que dar sentido e significado para o conhecimento histórico que deve ser revisitado pelos historiadores quando temos disponíveis novas fontes históricas. Assim, a possibilidade de acessar novas informações abre espaço para confronto de ideias, e conseqüentemente, de transformações na relação que possuímos com o passado e de concepções históricas ultrapassadas. Estamos falando de um período da história recente de nosso País, o golpe de 1964. Compreender a história não é tarefa fácil, mas é uma necessidade que temos atualmente.

A Ditadura Militar no Brasil é um assunto muito controverso que traz à tona preocupações que lançam luz em novas interpretações do período que ainda está latente na história de nosso país. Os novos enfoques, debates, pesquisas recentes que vêm sendo construídos novos discursos concebidos nos últimos anos. Novas abordagens sobre a ditadura militar, conceitos antes refutados, agora são validados. A abertura dos arquivos da ditadura abriu muitas possibilidades de pesquisas, como a participação dos Estados Unidos no planejamento, influenciando os empresários, parte da população contra João Goulart em uma preparação para um possível golpe.

Atualmente na historiografia brasileira existe muita discussão que nos leva a ampliar o debate sobre

temas relevantes da Ditadura Militar (1964 a 1985), entre os quais a essência do golpe. Assim, os historiadores Carlos Fico e Marcos Napolitano procuram observar se o golpe foi puramente militar, ou civil-militar. Essa teoria nos leva alguns desdobramentos que não eram considerados anteriormente, como o apoio e participação direta de parte da sociedade no planejamento e auxílio ao golpe. Ela foi crucial para a tomada do poder pelos quartéis.

As análises mostram com mais clareza, trazendo à cena grupos sociais que pediram e apoiaram o golpe dado pelos militares. Tal interpretação é recente na historiografia, que há pouco tempo atrás a participação de civis não era citada. O apoio de uma parcela da sociedade civil, era motivada pela temeridade das reformas sociais que estavam em curso pelo presidente João Goulart. O comunismo era o pano de fundo neste cenário brasileiro no início dos anos 1960.

O Brasil era um país profundamente conservador e excludente liderado por uma elite liberal oligárquica, avesso a maior participação política da população excluída, inserido no contexto mundial da Guerra Fria, inibia qualquer tipo de reforma social que poderia ser traduzida como comunista. Muitos dos grupos sociais que estava sob o espectro da esquerda, eram simpáticos às reformas propostas por Jango, porém, existia algumas divergências entre as lideranças do próprio PCB, em apoiar o governo.

Carlos Fico, autor de vários livros que abordam diversos aspectos do período, afirma que “é preciso ter em mente que o golpe não foi uma iniciativa de militares desarvorados que decidiram do nada, investir contra o regime constitucional e o presidente legítimo do Brasil. Houve apoio da sociedade” (FICO, 2014, p. 7-8).

Para o autor, é complexo estudar o fenômeno histórico, sendo que não há fatos simples. Sob o ponto

de vista do autor, a interpretação do passado nem sempre é confortável, como os grupos que apoiou o golpe civil-militar em 1964, como a imprensa, Igreja Católica e parcela da classe média e alta. Para o autor o entendimento histórico não pode ser definitivo, mas ele que nos leva refletir. Ele defende que apenas o golpe foi civil-militar, no regime que se seguiu não houve protagonismos civis, sendo colocados não-militares no novo governo apenas em cargos técnicos, sem grandes poderes. Assim ele define:

é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América [...] Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. [...] admito como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar. (FICO, 2014, p. 9-10)

Marcos Napolitano (2014) também é um historiador estudioso do Regime Militar brasileiro, que defende a ideia de que o golpe de Estado de 1964, foi civil-militar. Para ele, os ingredientes do golpe, foi a conjuntura nacional e internacional, e as transformações internas brasileira, que potencializou um golpe de Estado insuflado pelos EUA. Devido a sua influência nas forças armadas brasileira e em outros setores da sociedade com financiamentos que compôs a fórmula golpista. Essa parcela da sociedade que não apoiava as reformas de base de João Goulart, mesmo que as reivindicações fossem justas. Na verdade, estavam preocupadas com a manutenção de seus privilégios e da hierarquia social, pois tinham medo de perder seu sta-

tus quo. O autor demonstra as motivações que a elite tinha para defender tal ato:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista [...] O golpe foi resultado de uma profunda divisão da sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país. (NAPO-LITANO, 2014, p.12)

Carlos Fico (2014) afirma que os militares apresentavam uma postura moderada, teoria que segundo ele, grande parte da sociedade brasileira possuía a crença de que as Forças Armadas no Brasil, quando necessário, retiravam o que eles consideravam um mal governante do poder, arrumavam a casa, e devolviam a direção do país para os civis. Atitude praticada muitas vezes na história republicana brasileira.

Muitos acreditaram que em 1964 essa lógica se repetiria, que os militares tirariam o presidente João Goulart do poder e em curto espaço de tempo, devolveriam o mando para o controle da sociedade civil, que admitia uma intervenção militar para “pôr ordem na casa”.

Para Fico (2014), isso demonstra total desapareço da sociedade da época pela democracia, explicando por que tantos apoiaram o golpe de 1964. Outra questão levantada pelo autor é baseada em pesquisas das vésperas do golpe pelo IBOPE, que apontava João Goulart com razoável aprovação popular. O presidente tinha chances de ser reeleito em 1965, mesmo que isso não fosse possível pela lei eleitoral da época. Isso mostra que muitos políticos concorrentes de Jango apoiaram os militares porque queriam afastar qualquer ameaça. Foi uma grande ilusão que os co-autores do golpe viveram. Foi necessário enxergarem a dura realidade de um regime autoritário que se impôs rapidamente e que

suplantou o devaneio de muitos políticos, da imprensa e da classe média. O governo posterior foi eminentemente militar. Ele amplia com Napolitano sua tese:

Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma 'ditadura civil-militar' ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder. (NAPOLITANO, 2014, p. 13)

Vejamos o caso de Pedro Aleixo, vice-presidente do general-presidente Costa e Silva, que foi impedido de assumir a Presidência do Brasil, depois do AVC sofrido em 1969 por Costa e Silva. Essa é uma demonstração inequívoca de que a ditadura era de fato militar, e não permitia de forma alguma que civis ocupassem o cargo máximo da República.

Carlos Fico em sua obra "O golpe de 1964" defende o mito da história incruenta para esclarecer alguns aspectos sobre o golpe. Esta teoria encobre uma versão apaziguadora do golpe e da ditadura brasileira nos primeiros anos, que não teriam sido tão violentos quanto nos vizinhos argentinos e chilenos. Fico afirma:

O golpe de 1964 não foi marcado pela banalidade. A tese de um golpe asséptico e banal relaciona-se persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura. (FICO, 2014, p. 59)

O mito da história incruenta embasa a teoria da "ditabranda" importante ponto para debater sobre a violência e o autoritarismo dos militares nos primeiros anos da ditadura. Devemos estar atentos as diversas interpretações que surgem sobre o período. Como esse que a ditadura no Brasil foi menos agressiva que

em outros países latino-americanos que tiveram experiências autoritárias.

Fico relata a versão apaziguadora de que o golpe aconteceu de forma pacífica, já que o presidente não reagiu a movimentação da oposição golpista para sua deposição. Depois ele reafirma que esse ponto de vista é simplista, que houve violência e apoio no golpe. Os dias que se seguiram foram de grandes manifestações em comemoração a vitória dos militares, os setores civis que apoiaram a deposição do Presidente, se regojizavam. A imprensa atacava Jango tentando justificar o ato autoritário. Em contrapartida, os poucos que reagiram sofreram todo tipo de violações, como torturas e prisões. Enfim, dizer que o golpe foi tranquilo, não condiz com a verdade.

O mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. Aqui teria havido uma “ditabranda” – alguns asseguram ingenuamente. [...] Essas versões simplistas dão conforto aos espíritos, mas devem ser repelidas porque não traduzem a verdade. Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio de parte da sociedade, como já disse. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. (FICO 2014, p. 60)

Esse detalhe que a grosso modo pode parecer irrelevante nos remete a uma teoria que foi difundida em 2009 por um jornal de circulação nacional o - Folha de S. Paulo.

Em 2009, a *Folha de S. Paulo* referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma ‘ditabranda’ ou seja, uma ditadura não muito convicta da sua dureza. A opinião desse grande jornal paulistano, cioso da sua memória de resistência ao regime militar, provocou extrema polêmica sobre

a natureza do regime autoritário instaurado pelo golpe de 1964. (NAPOLITANO,2014, p. 65)

Essa ideia criada pelo jornal da “ditabranda” tenta relativizar ou minimizar a ditadura entre a sociedade e os militares no poder. A partir, desse artigo do jornal, muitos historiadores ficaram indignados com o desrespeito aos que sofreram com as torturas, perseguições, prisões e todo tipo de violações de direitos humanos. Foram publicadas cartas de repúdio, o debate se acirrou e foi criado o “mito da ditabranda”.

Em contrapartida, houve historiadores que tentaram defender tal interpretação, mesmo que de forma precária, sem respaldo algum de fontes documentais, baseadas em especulações, como Marco Antonio Villa, que iniciou um revisionismo tentando manipular algumas informações, e interpretando de forma deliberada. Comparando inclusive a ditadura brasileira com a Argentina e Chile, afirmando que o período da ditadura no Brasil foi menos violento que nos vizinhos argentinos e chilenos, que as prisões, torturas, perseguições e mortes em números foram muito maiores.

Em live recente, no dia 29 de junho de 2020, organizada pela Folha de São Paulo, sobre a ditadura militar no Brasil, provavelmente para reforçar seu compromisso com a democracia atual. Sua transmissão começou às 11:00 horas, tendo como mediadora a jornalista especial da Folha Fernanda Mena, com a participação do jornalista, escritor e professor Oscar Pilagallo, e Ingrid Fernandes, jornalista da agência Mural. Neste bate-papo, Pilagallo, esclarece a postura da Folha em relação ao funesto editorial do dia 17 de fevereiro de 2009, que chamou a ditadura no Brasil como “ditabranda”. Esse fato teve grandes e graves repercussões em todo país, e colocou o jornal no meio de vários debates sobre a ditadura, inclusive seu apoio ao golpe civil-militar e a ditadura militar.

Para o professor Oscar Pilagallo, a Folha percebeu imediatamente o equívoco que havia criado, e logo reconheceu que tinha cometido um erro no editorial. Ele diz que “foi uma expressão muito infeliz, que foi uma maneira leviana de se referir a uma ditadura, e que não deveria ter sido dessa maneira” (PILAGALLO, 2020).

No encontro online transmitida pela TV Folha e seu canal no youtube, Pilagallo fala também sobre a posição que o jornal teve sobre o golpe civil-militar, defendendo a tomada do poder pelos militares e seu apoio ao governo militar que se seguiu, mas dentro da lógica que tirariam o comando do governo de João Goulart, acabando com o suposto perigo comunista.

Houve apoio do jornal ao golpe e ao governo posterior, mas foi “reconhecido o erro posteriormente”. Provavelmente essa mudança de postura, como ele mesmo conta, foi devido a censura que os jornais passaram a ter após a consumação do golpe, e decretação dos primeiros atos institucionais. E que a medida que a ditadura foi se consolidando, e com a perpetuação das Forças Armadas no poder, os jornais foram se distanciando do governo e com o tempo passaram a criticar o regime.

Outra ideia defendida por Pilagallo, que tenta justificar que a ditadura no Brasil em relação aos países como Argentina e Chile, contou menos mortos e desaparecidos, devido ao controle por parte do governo militar do seu aparato de repressão. Algo que não havia nos países vizinhos com governos autoritários. Ele complementa que este fato, porém, não justifica afirmar que aqui foi uma “ditabranda”. Enfim, a própria Folha reconheceu o equívoco logo na sequência. As tentativas do jornal em esclarecer as motivações que teve em 1964 para defender o golpe, reconhecendo tardiamente. É possível que seja uma estratégia da

Folha para afastar a imagem ligada aos militares e ao golpe. E quer deixar claro sua defesa à democracia.

É importante destacar que mesmo não havendo reação oficial por parte do governo ao golpe, muitos aliados anônimos reagiram, uma grande parcela da sociedade que estavam engajadas nas reformas sociais, se transformou em subversiva da noite para o dia, com perseguições, prisões e afastamentos. Veja o caso do governador Miguel Arraes e Gregório Bezerra:

A violência após o golpe, entretanto, assumiu muitas formas. A destituição do governador de Pernambuco, Miguel Arraes ocorreu logo no dia 1º de abril. Ainda no dia 31, as tropas do IV Exército entraram em prontidão e mantiveram sob vigilância o Palácio das Princesas, sede do governo. Estudantes para lá se dirigiram, passeata, clamando contra o golpe e dando vivas a Miguel Arraes. O governador recusou-se a renunciar, apesar de ter sido pressionado nesse sentido pelo comandante do 3º Distrito Naval almirante Augusto Roque Dias Fernandes. Acabou preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha. Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1, foi transferido para outras prisões e, 1965 conseguiu um *habeas corpus* e deixou o país. Só retornaria 14 anos depois, com a anistia de 1979. (FICO, 2014, p. 105 e 106)

Também em Recife aconteceria um caso bárbaro de tortura logo após o golpe vitimando o líder comunista Gregório Bezerra então com 64 anos. Gregório havia participado da rebelião comunista de 1935. Poucos dias depois do golpe foi preso e muito torturado. Os casos de tortura no Nordeste e em outras partes do Brasil foram numerosos e acabaram sendo denunciados na imprensa. (FICO, 2014, p. 106)

A proximidade dos militares com a política no Brasil sempre foi marcante, em muitos episódios

de nossa história. Eles se confundiram por um tempo, mas nenhum durou tanto como o inaugurado em 1964. A relevância desse debate para a historiografia demonstra a importância da abertura dos Arquivos Públicos aos pesquisadores do período, que podem revelar novos enfoques dando luz a equívocos e novas interpretações de temas sobre o golpe e o período posterior que foi instaurado o governo autoritário.

Carlos Fico também concorda com Napolitano, na busca de fontes que podem elucidar aspectos do período do golpe para compreendermos nuances que ainda necessitam que sejam melhores explicadas. Esse ponto mostra a preocupação dos autores na procura de novas interpretações sobre a Ditadura Militar no Brasil. A discussão abre caminhos para o trabalho da historiografia que almeja novos arcabouços para o estudo da época recente da história do Brasil. O período ainda está cheio de controvérsias que deixam margens a interpretações duvidosas, que querem negar muitos fatos da ditadura brasileira, até mesmo se ela existiu. Há muita documentação disponível sobre o tema, porém, o que existe ainda muito silêncio em relação a Ditadura Militar no Brasil 1964-1985.

Os historiadores Carlos Fico e Marcos Napolitano estão buscando reconfigurar aspectos do golpe, pré-golpe e da ditadura militar, que antes eram relegados a segundo plano ou deixados de lado devido a algum tipo de interesse que valorizava um discurso sem aprofundar a pesquisa. É o momento de conhecermos e refletirmos mais profundamente sobre esse período da história do Brasil importante para a população que viveu e para os que nasceram depois, construir uma memória positiva ou apaziguadora desse passado.

Ambos os historiadores convergem suas ideias sob a mesma tese de que o golpe foi civil-militar, porém, a ditadura que seguiu, foi estritamente militar.

Esse debate na historiografia brasileira sobre a essência do golpe militar em 1964, assim como sobre a ditadura, é uma das preocupações atuais.

Para os autores Carlos Fico e Marcos Napolitano, o Brasil de hoje deve muito ao golpe e ao período que seguiu, as decisões tomadas foram cruciais para formar o país pós-ditadura militar e ainda acredita que há muito o que estudar sobre o período.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. H. ESTADO E OPOSIÇÃO NO BRASIL (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

FERREIRA, J., & DELGADO, L. d. O BRASIL REPUBLICANO - O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2003.

FICO, C. Como eles Agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001

FICO, C. Além do Golpe - Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, C. O golpe de 1964 - momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, v. 9, nº 20, 05-74, jan./abr. 2017.

NAPOLITANO, M. 1964 - HISTÓRIA DO REGIME MILITAR BRASILEIRO. São Paulo: Contexto, 2014

REIS, D. A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

**NECROCONTABILIDADE: DISPUTAS EM TORNO DA
ELABORAÇÃO DA LEI DOS MORTOS E DESAPARECIDOS
POLÍTICOS (1995)**

Táso Brito¹

Quando acabou a ditadura? Para um ex-paraquedista, de carreira militar abaixo do medíocre, que por hora ocupa a cadeira da presidência brasileira, nem mesmo houve uma². Para outros, ela nunca acabou. É assim para tantos familiares de mortos e desaparecidos, eles experimentam este passado de maneira irrevogável. A ditadura se faz presente através da ausência incorporada no seio de muitas famílias. Eles são desamparados e como aponta o filósofo Vladmir Safatle (2016), só quem se encontra nesse estado consegue fazer política de fato. Amparar, segundo os dicionários, significa entre outras coisas: “Dar o necessário à sobrevivência”, assim sendo, os familiares são aqueles que não foi dado, mas sim tirado. Resta apenas ir buscar. Assim, segundo a antropóloga Desirée Azevedo (2018), na busca pelos entes queridos, os familiares investiram suas emoções em um circuito político no qual esquecer não seria uma possibilidade. Para eles a ditadura nunca acabou.

Durante a distensão do regime ditatorial, havia medo de que o processo de redemocratização retroceder. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2007) escre-

¹ Doutorando pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio Científico e Tecnológico do Ceará.

veu que parcelas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), lideradas por Franco Montoro e Ulysses Guimarães, acreditavam que, naquele momento, deveria imperar a cautela em suas ações, para que não houvesse um recuo político, enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) se negava a estabelecer diálogo com o governo do ditador Figueiredo.

Para Marcos Napolitano (2014), o processo de lutas pela redemocratização fez emergir escolhas para as esquerdas daquele momento de redemocratização, colocando-se em pauta, o que deveriam priorizar: A justiça e a verdade ou a reorganização dos partidos políticos? As eleições diretas ou a pactuação de coligações para eleições indiretas? As movimentações nas ruas ou a mobilização pela Constituinte? Segundo este autor, a luta pela justiça e pela verdade acabou ficando restrita aos familiares dos mortos e desaparecidos.

Nesse momento existiam forças que faziam pressão para controlar e/ou barrar o processo de redemocratização e a anistia. Os famosos atentados a bomba no Riocentro, em 1981, e na sede da seção carioca da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), em 1980, são exemplos disso. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2012), por conta de fatores internos e externos, várias ditaduras ao redor do mundo se esgotaram e entraram em crise na década de 1970. Mas, este autor faz a ressalva que mesmo a ditadura brasileira perdendo força, ainda conseguia impor condições e ditar as regras para o restabelecimento da democracia. Um exemplo disso é que muitos militares expurgados e reformados compulsoriamente não foram anistiados da mesma forma que outros servidores estatais, uma vez que não foram recolocados em seus cargos entre os militares da ativa.

Nesses momentos as demandas dos familiares foram ignoradas em prol da construção da Nova Repú-

blica. Porém, segundo o cientista político, Carlos Artur Gallo (2014), os familiares de mortos e desaparecidos se organizaram desde a década de 70 traduzindo suas demandas na gramática dos direitos humanos. O direito à verdade e memória se tornou a palavra de ordem. No pleito eleitoral de 1994, os familiares de mortos e desaparecidos conseguiram que os principais presidentiáveis assinassem uma carta compromisso, na qual estes se comprometiam com a causa. Entre os candidatos signatários estava Fernando Henrique Cardoso, que foi vitorioso, assumiu em 1995 e em maio começou a elaborar uma resposta à demanda.

Depois de se reunir com a cúpula militar de seu governo, o presidente encarregou o Ministério da Justiça de redigir um projeto de lei para submeter ao poder legislativo. Em agosto de 1995, o projeto foi enviado para discussão na Câmara legislativa, tornando-se o Projeto de lei 869/95. Acompanhando o projeto, foi enviado um texto que explicava o teor da proposta, escrita pelo, então, secretário do Ministério da Justiça, José Gregori. Neste texto se retificava o compromisso com a Lei de Anistia de 1979, mas principalmente se assumia a culpa do Estado pelas graves violações dos direitos humanos ocorridos durante a vigência do regime ditatorial. Neste texto:

Tal circunstância serve de embasamento ético-jurídico para o Estado, como entidade perene e acima da temporalidade dos governos ou regimes, responsabilizar-se pelo dano causado e procurar reparar o procedimento condenável de seus agentes independentemente da motivação que tenha determinado suas condutas. Objetivamente os representantes do Estado ou investidos de seus poderes não poderiam ter o comportamento materializado por atos e ações que afrontaram leis, mesmo as de exceção, então vigorantes.³

³ Dossiê do PL 869/95. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709> . Acesso em: 09 de

O filósofo Pascal Bruckner (2008) ao analisar a experiência ocidental dos processos de culpabilização, percebeu que a “auto-acusação é um meio de agir simbolicamente à distância quando não se pode fazer nada” (2008 p.53). Assim, o Estado democrático brasileiro assumiu a culpa por outrem. Os crimes pretéritos são espiados no altar do presente, imolação para apaziguar um passado. Enquanto o projeto de lei vedava a possibilidade de que os verdadeiros culpados de crimes contra a humanidade fossem identificados, culpabilizados e punidos.

Ao culpabilizar a si mesmo, o Estado brasileiro não se emancipa do seu passado, notarialmente marcado por mortes e autoritarismos. Assumindo a culpa dos crimes realizados pela ditadura tal qual o cristianismo prega a culpa do pecado original.

O projeto de lei apontava um culpado, aquele que viria a pagar as indenizações. Isto foi aceito pelos parlamentares na Câmara de Deputados, mas estes passaram a se confrontar em torno da categoria vítima. As emendas apresentadas ao projeto de lei versam de maneira direta ou indiretamente sobre uma expansão da contabilidade das vítimas. O que podemos chamar de Necrocontabilidade, apropriando-me do termo Necropolítica. Achille Mbembe (2018) escreve que necropolítica é a gestão da morte como uma prerrogativa do poder soberano. O poder se exerce no fazer viver e no fazer morrer. Assim, as atuais formas de governança se equilibram entre estes dois polos. Para Mbembe, os palestinos em Israel, a ocupação colonial, o holocausto são situações que trazem à tona a necropolítica. Porém, podemos percebê-la na escravidão brasileira, no genocídio indígena e no terrorismo do estado ditatorial.

Então, se existe uma gestão da morte, podemos também perceber que existe uma contabilidade dessa

gestão, a Necrocontabilidade. Essa contagem das mortes é um enquadramento da vida. Para Judith Butler (2019) o enquadramento da vida é a restrição da vida que permite o olhar para a mesma. Assim como uma moldura que delimita o que é uma obra de arte e o que uma parede, desta forma é processo de reconhecimento do que é vida e não é, por consequência da morte esquecida ou da passível de luto.

Ao projeto de lei foram apresentadas 9 emendas. 3 emendas do Partido Progressista Reformador (PPR) e 6 do Partido dos Trabalhadores. Estes partidos apresentaram propostas diametralmente opostas. O PPR é um partido herdeiro da arena, seu principal expoente era Paulo Maluf, que segundo Jorge Ferreira (2018), foi preterido, pelo parlamento, na eleição indireta para a presidência, por ser considerado corrupto e fisiologista, mesmo contando com o apoio do ditador João Figueiredo. Enquanto o PT, segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado (2007), se negava a negociar os termos da transição à democracia com os governos ditatoriais. Daniel Aarão Reis (2014) relata que o PT representava a ala mais radical da constituinte. Marcos Napolitano (2014) afirma que entre a política partidária, Lula, maior liderança do PT, era tido como o mais radical, e seu comportamento preocupava tanto os partidos de direita quanto o de esquerda. Assim, podemos perceber que o Partido dos Trabalhadores se apresentava como uma oposição ao modelo de transição controlada pelo governo ditatorial e ao mesmo tempo como um grande opositor ao próprio regime autoritário.

Agnaldo Timóteo (PPR-RJ), Ricardo Izar (PPR-SP) e Jair Bolsonaro (PPR-RJ) apresentaram, separadamente, três emendas. Porém, elas versam sobre a mesma questão, o estabelecimento de uma isomorfia das vítimas, propondo uma indenização para os familiares de agentes estatais mortos em ações armadas.

A emenda aditiva 007 de autoria de Jair Bolsonaro foi a que teve mais adesão, seis parlamentares subscreveram: Francisco Dornelles (líder do PPR), Ricardo Izar (vice-líder do PPR), Agnaldo Timóteo (PPR), Inocêncio Oliveira (líder do bloco parlamentar PFL/PTB), Valdemar Costa Neto (líder do bloco parlamentar PL/PSD/PSC) e Vadão Gomes (PP). A emenda foi apoiada por lideranças partidárias. O deputado se justifica:

A presente proposta é destinada, a exemplo do teor do teor do projeto de lei, a consolidar a democracia e possibilitar a reconciliação e pacificação nacional.

Portanto, a proposição tem como meta fundamental dar tratamento isonômico aos familiares dos agentes públicos mortos, no cumprimento de ordem emanada do estado.⁴

Bolsonaro evocou uma isomorfia de culpas para justificar sua proposta. Mas, o que o discurso do deputado revela é a construção de mais um privilégio aos militares. Eles têm uma justiça própria e corporativista, um sistema previdenciário próprio, um sistema de ensino que não segue os mesmos parâmetros nacionais, enfim privilégios distantes da realidade de tantos cidadãos brasileiros. O cientista político Jorge Zaverucha (2005) aponta que os militares no pós-ditadura se constituíram como garantidores do Estado, se tornando um ente especial, o seu tratamento também se tornou especial. Dessa forma, as Forças Armadas desconhecem isonomia e Bolsonaro queria acrescentar mais um privilégio, o pagamento de mais um pecúlio a se somar com as pensões generosas pagas pelo estado aos familiares de militares.

⁴ Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709>. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

A construção de um direito através do processo de vitimização, como aponta o filósofo Daniele Giglioli (2016), é uma constante nas sociedades ocidentais. A vítima é prestigiada, tem direitos, exerce poder nas relações, são incontestáveis. Pascal Bruckner (2018) percebe que a dor da vítima tornou-se dogmática, transformando-a em um santuário, matéria de *lobbies* dos mais diversos, a vítima tem se apresentado como uma candidatura à exceção. Tzvetan Todorov (2000) alerta que os processos de vitimização são, entre outras coisas, pautados em abusos da memória. No passado todos se identificam com as vítimas, os algozes são sempre um outro. Assim, parece operar a proposta dos deputados do PPR.

A memória destes, sobre o passado ditatorial, aponta para indícios subterrâneos. O deputado Agnaldo Timóteo foi ao púlpito defender a sua proposição, ele discursou:

Que estendamos, aquelas vítimas dos terrorismos, os mesmos direitos. Que estendamos aos chefes de família que foram assassinados pelas costas, os mesmos direitos. Que estendamos aos gerentes de bancos, assassinados em assaltos, os mesmos direitos. Que estendamos a soldados, que prestavam serviço à pátria, e que foram dizimados por um caminhão carregado de dinamite, os mesmos direitos. [...]

O Movimento de 1964 foi uma aclamação da sociedade brasileira, por causa da baderna, por causa da violência, das agressões aos direitos elementares do cidadão brasileiro, não foi uma coisa imposta pelos militares, foi a sociedade brasileira que foi lá clamar a participação dos militares. Evidentemente, tive-
mos os desencontros, evidentemente!⁵

Em um momento de disputas políticas em tor-

⁵ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/default.asp?ACAO=Pesquisar&txtDt1=13%2F09%2F1995&txtDt2=13%2F09%2F1995&txtPalavraChave=&Enviar=Pesquisa> acesso em 16 de junho de 2019.

no do passado ditatorial, o Agnaldo Timóteo faz emergir uma memória subterrânea, naquele momento, o apoio civil à ditadura militar-civil. Segundo Michael Pollack (1989), as memórias subterrâneas são aquelas que se contrapõe às memórias dominantes, circulando em nichos, espaços menores, grupos excluídos, emergindo quando a trama de acontecimentos permite um confronto, quando há um sobressalto nas memórias dominantes.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2004) a memória hegemônica sobre a ditadura ocultou os embates sociais entre os grupos conservadores e os reformistas revolucionários. Apagando os amplos movimentos políticos e sociais tanto de esquerda quanto de direita, os militares viraram gorilas e as esquerdas vítimas, e ninguém apoiava a ditadura. Assim, a memória de Agnaldo Timóteo, em 1995, se encontrava subterrânea, mesmo que esta tenha ganhado força no momento presente.

Agnaldo Timóteo lembra do apoio popular que o Golpe de 1964 tinha entre a população. O faz para dar sentido a sua argumentação, na qual aqueles que se opuseram ao regime ditatorial eram terroristas. Para ele, este apoio era constitutivo do poder autoritário. O que dá indício da sua concepção de democracia. Ele, parece-me, acreditar que a democracia é o governo da maioria, da vontade soberana das grandes massas.

O esforço para criar uma isonomia nas emendas dos deputados do PPR e vitimização aos atos de “terrorismo” do deputado Agnaldo Timóteo tem como objetivo igualar os desiguais. Capacitando grupos para que estes possam apresentar queixas, demandas e protestos tal qual os familiares de mortos e desaparecidos. Pondo em xeque a narrativa daqueles que na memória hegemônica são as vítimas do regime. Dessa forma, a transmissibilidade da história seria outra, e estas vi-

das enquadradas como vítimas jogariam outra luz no entendimento desse passado, no qual os crimes cometidos contra a humanidade por agentes de estado se igualaria às resistências ao regime ditatorial, sejam estas armadas ou não.

No outro espectro político, o Partido dos Trabalhadores apresentou 6 emendas. As emendas aditivas ao PL 869 foram propostas por dois deputados por deputado com históricos de enfrentamentos contra a ditadura, proximidade aos parentes de mortos e desaparecidos, defesa de direitos humanos e ambientais. Nilmário Miranda (PT-MG) e Gilney Viana (PT-MT).

De maneira geral, as emendas do PT tinham como objetivo expandir a capacidade investigativa da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a ser formada por força de lei do projeto em questão. Ela teria a atribuição de esclarecer as circunstâncias das mortes, assim como julgar os processos indenizatórios.

A emenda 001, de autoria de Nilmário Miranda, versava:

Acrescente-se à parte final da alínea b do inCISO I do art. 4º a seguinte expressão:

b) ... , ou em quaisquer outras circunstâncias em decorrência da ação de agentes a serviço do Estado.

JUSTIFICAÇÃO A responsabilidade do Estado é caracterizada tanto pela atuação de seus agentes como pelo local em que os atos são cometidos.⁶

O projeto de lei 869/95, limitava a investigação a crimes acontecidos em prédios governamentais como delegacias, hospitais e quartéis O jornalista, Marcelo Godoy (2014), escreveu um livro reportagem so-

⁶ Dossiê do PL 869/95. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709> . Acesso em: 09 de janeiro de 2020. p.63.

bre o DOI-CODI, nele ele relata estruturas clandestinas usadas para torturar, matar e desaparecer com os opositores do regime, que não estavam oficialmente na estrutura estatal. Muitos desaparecidos e mortos pelo regime passaram por estes dispositivos, que eram chefiados por agentes estatais, mas não eram localizados na administração governamental. Assim, Nilmário Miranda propõe uma expansão do limite de investigação. Isto acarretaria um aumento dos crimes a ser investigado, por consequência no aumento da necrocontabilidade entre os opositores do regime.

O PL 869/95 já tinha em anexo uma listagem de mortos e desaparecidos que seriam oficialmente reconhecidos como vítimas da ditadura, nomes como Rubens Paiva e Vladimir Herzog. Eram pouco mais de cem nomes. Ainda segundo o PL, os interessados deveriam apresentar pedidos à Comissão a ser formada, porém a Comissão não seria responsável pelas investigações, ficando a cargo dos interessados. Diante disso Nilmário Miranda propõe na emenda 003:

Acrescente-se ao art . 7º o seguinte parágrafo

3º - E de responsabilidade da Comissão Especial a busca de informações a respeito das pessoas cuja morte ou desaparecimento seja requerido.

JUSTIFICAÇÃO O desaparecimento de pessoas visa impedir a apuração do crime praticado pelo Estado, mediante a negativa da prisão e posterior ocultação do cadáver da pessoa assassinada. Da mesma forma, a criação de versões falsas a respeito da morte de opositores visa desinformar a opinião pública, impedindo-lhe o acesso à verdade.

Exigir dos familiares que apresentem provas sobre o desaparecimento ou circunstâncias da morte de seus parentes seria desumano. O mínimo que o Estado pode fazer é procurar esclarecer os atos praticados em seu nome.⁷

Se os familiares fossem responsáveis pelas in-

⁷ Ibidem.

investigações haveria uma diminuição de casos a serem julgados pela Comissão. Uma vez que mesmo para agentes estatais fazer pesquisas em acervos dos órgãos de repressão era uma tarefa difícil, pois os arquivos estavam fechados.

O deputado Gilney Viana, propôs uma emenda visando justamente a abertura dos acervos aos familiares de mortos e desaparecidos:

Acrescente-se ao artigo 7º do projeto o seguinte parágrafo 3º:

“Art. 7º “§ 3º Para a instrução dos requerimentos de que trata este artigo, as pessoas mencionadas no art. 3º terão acesso direto e imediato a qualquer documento em poder de órgão público federal ou estadual que possa conter informações sobre a pessoa desaparecida ou morta cujo reconhecimento se requer.”

JUSTIFICAÇÃO Ao exigir que as famílias instruem os requerimentos à Comissão Especial, a lei precisa dar condições a essas mesmas famílias para que levantem as informações necessárias ao atendimento da exigência.⁸

A proposta, também, aumenta a capacidade de investigação, mas para isso, cria uma exceção à regra. O procurador regional da república, Marlon Alberto Weichert (2009), afirma que a lei de sigilo de documentos públicos de 1991, protegia o sigilo de muitos documentos da repressão ditatorial, uma escolha de governo democrático. Ainda segundo Weichert (2009) esta decisão feria princípios constitucionais. Gilney Viana visava estabelecer uma exceção pautada na vítima, uma vez que os restantes dos cidadãos brasileiros não teriam os mesmos direitos. Para o filósofo Giorgio Agamben (2004, 2010) o poder soberano cria exceções, mesmo em democracias. Assim, podemos perceber como o

⁸ Ibidem.

exercício de poder no mundo pós-Auschwitz perpassa pela construção de vítimas que exercem direitos, por vezes, de maneiras ilimitadas. A exceção, em tela, tem como objetivo fortalecer capacidades investigativas para que se aumente a necrocontabilidade.

Outras emendas, dos deputados do PT, têm o mesmo norte: o fortalecimento da capacidade investigativa para abarcar mais vítimas do regime ditatorial. Enquanto os deputados do PPR desejavam criar uma isonomia, criando as vítimas entre os agentes estatais. Assim, as emendas foram apresentadas nas comissões de Constituição e Justiça, e na Tributação e Finanças. Recebendo o aval para serem posta em votação. Em 13 de agosto de 1995 o projeto foi votado.

Havia uma grande concordância em torno da emenda 001, de autoria de Nilmário Miranda, cerca de 107 parlamentares a subscreveram. 11 deputados do PSDB, 10 do PFL e 23 do PMDB, partidos fundamentais da base do governo de FHC. Cerca de 47% dos apoiadores da emenda eram de partidos que mantinham antagonismos ideológicos ao Partido dos Trabalhadores, que era o proponente.

Ao analisar a votação da emenda 1, a única que foi votada separadamente, podemos observar o efeito do acordo com os militares. Os onze deputados do PSDB que subscrevem a emenda foram: Aécio Neves, Cunha Lima, Ildemar Kussler, Mário Negromonte. Almino Afonso, Herculano Angbinetti, Edson Soares, Celso Rusomanno, Itamar Serpa. Destes, três votaram a favor da emenda: Cunha Lima, Herculano Angbinetti e Itamar Serpa. Oito deputados desistiram da proposta que subscreveram. O deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) que ao discursar, mais cedo na mesma sessão, reconheceu a importância da proposição de Nilmário Miranda, também votou contra. Dessa forma podemos perceber essa força não dita, mas que supomos com certa segu-

rança ser as Forças Armadas, mudando votos dos parlamentares. Alguns parlamentares do Partido dos Trabalhadores votaram contra a emenda, como foi o caso de Celso Daniel e Eduardo Jorge. Muitas mudanças, muitos abandonos, que influenciaram o resultado da votação. No fim a emenda foi derrotada com o placar de 191 a 245, com 2 abstenções.

Em entrevista para a pesquisadora Scheila Cristina Santos, o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) relatou: “eles concordavam com nossas emendas, mas depois veio a orientação que não podia mexer, que tinha um acordo com os militares, onde a lei não poderia ser mexida.” (*Apud* SANTOS, 2008 p.142). Assim, as demais emendas foram todas rejeitadas e o projeto foi aprovado tal qual foi proposto pelo poder executivo. Tornou-se a Lei 9.140 sancionada em 4 de dezembro de 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

BRUCKNER, Pascal. *A tirania da penitência: ensaio sobre o masoquismo ocidental*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: Vozes das cidades*. In FERREIRA, Jorge. Reis, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. *O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática*. In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

GALLO, Carlos Artur. *Para que não se esqueça, para que nunca mais*

aconteça: Um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

GIGLIOLI, Daniele. Crítica da vítima. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

GODOY, Marcelo. A Casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar, documentos e depoimentos dos agentes do regime. São Paulo: Alameda, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. Rio de Janeiro: N1-edições, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V.01. 2. n. 1, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

_____. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos, corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, Sheila Cristina. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil. Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil 1975-1985. In: Ferreira, Jorge (org.) e DELGADO, Lucilia Neves (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos secretos e direito à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell. TELES, Edson. TELES, Janaína (Orgs.). Desarquivando a ditadura, memória e justiça no Brasil volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild editores, 2009.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Matheus da Silva Conceição

Graduado em História pela Universidade Estadual da Bahia, Campus IV e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa.

Darlise Gonçalves de Gonçalves

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

E-mail: darlisehistoriadora@yahoo.com

Marcos Alesandro Neves dos Santos

Doutorando no programa de Pós Graduação em História da UFSM.

E-mail: marcosalesandro1@gmail.com

Maria Rosa Cunha da Costa

Mestranda em História pela Universidade Federal do Pará (PPGHIST)

Mateus José da Silva Santos

Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente desenvolve pesquisas sobre as Relações Brasil – Egito durante a Política Externa Independente (1961-1964), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Táso Brito

Doutorando pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio Científico e Tecnológico do Ceará.



ISBN 978-659941858-7



9

786599

418587